

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA  
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

SANTOS, Frei David Raimundo . Frei David (depoimento, 2004). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (3h 35min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre SOUTH EXCHANGE PROGRAMME FOR RESEARCH ON THE HISTORY OF DEVELOPMENT (SEPHIS) . É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Frei David  
(depoimento, 2004)**

Rio de Janeiro

2020

## ***Ficha Técnica***

***Tipo de entrevista:*** História de vida

***Entrevistador(es):*** Amilcar Araujo Pereira; Verena Alberti;

***Levantamento de dados:*** Amilcar Araujo Pereira;

***Pesquisa e elaboração do roteiro:*** Amilcar Araujo Pereira; Verena Alberti;

***Técnico de gravação:*** Clodomir Oliveira Gomes; Marco Dreer Buarque;

***Local:*** Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

***Data:*** 11/05/2004 a 12/07/2004

***Duração:*** 3h 35min

Arquivo digital - vídeo: 4; Fita cassete: 5; MiniDV: 4;

Entrevista realizada no contexto do projeto "História do Movimento Negro no Brasil", desenvolvido pelo CPDOC em convênio com o South-South Exchange Programme for Research on the History of Development (Sephis), sediado na Holanda, a partir de setembro de 2003. A pesquisa tem como objetivo a constituição de um acervo de entrevistas com os principais líderes do movimento negro brasileiro. Em 2004 passou a integrar o projeto "Direitos e cidadania", apoiado pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério da Ciência e Tecnologia. As entrevistas subsidiaram a elaboração do livro "Histórias do movimento negro no Brasil - depoimentos ao CPDOC." Verena Alberti e Amilcar Araujo Pereira (orgs.). Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007. A escolha do entrevistado se justificou por ser uma das principais referências da pastoral do negro no Brasil, principalmente no que se refere à educação para a população negra.

***Temas:*** Cuba; Discriminação racial; Educação; Ensino fundamental; Ensino religioso; Ensino rural; Eugênio Sales; Europeização; Golpe de 1964; Herbert de Souza; Igreja; Igreja Católica; Movimento negro; Movimentos sociais; Negros; Organizações não governamentais; Política; Racismo; Religião; Religiões afro-brasileiras; Universidade Federal do Rio de Janeiro;

## *Sumário*

*1ª Entrevista: 11.05.2004*

FITA 1-A: Origens familiares; formação escolar e início da vida profissional como técnico em telecomunicações no Espírito Santo; a opção pela vida religiosa e o despertar para a questão racial no seminário franciscano de Guaratinguetá (SP), em 1976; a opção pela causa negra em suas atividades como religioso franciscano; atividades na diocese de Petrópolis, junto a desempregados e a desabrigados, enquanto cursava as faculdades de teologia e filosofia, no início dos anos 1980; referência à criação, em Petrópolis, do Grupo União e Consciência Negra (Grucon).

FITA 1-B: Relato das estratégias de arrecadação de dinheiro para o movimento dos desabrigados, em Petrópolis; a transferência para a diocese de Duque de Caxias (1982); lembranças de seu despertar para a opção religiosa, aos 12 anos, quando cursava um colégio agrícola no interior do Espírito Santo; estratégias do entrevistado para atrair os negros para a questão racial; elaboração de slides sobre a história do negro no Brasil, com assessoria do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), no início dos anos 1980; relato da organização do I Encontro de Seminaristas, Padres e Religiosos Negros do Brasil, realizado no Rio de Janeiro (1983): a proibição do evento por parte do então arcebispo do Rio de Janeiro, d. Eugênio Sales, e o apoio do sociólogo Herbert de Sousa, o Betinho, para sua realização; comentário sobre decreto presidencial de 1968 que proibia reuniões e manifestações de negros, bem como que se veiculassem notícias a respeito; menção à cartilha Ouvi o clamor deste povo negro, produzida por religiosos negros e publicada pela editora Vozes, na qual se propunha uma revisão dos heróis nacionais; a Marcha contra a farsa da abolição, realizada em maio de 1988 na Candelária, no Rio de Janeiro: razões da mobilização do Exército para impedir que a manifestação passasse diante da estátua de Duque de Caxias e as ameaças sofridas pelo entrevistado nesse contexto; comparação entre os efeitos da marcha de 1988 e a discussão sobre cotas para negros nas universidades públicas, a partir de 2001; a divulgação dos slides sobre a história do negro no Brasil, produzidos pelo Grucon com assessoria do Ibase; estratégias de mobilização em torno da questão racial desenvolvidas dentro da Igreja pelo entrevistado: missas afro-brasileiras e núcleos de pré-vestibulares.

FITA 2-A: O apoio do sociólogo Betinho a iniciativas voltadas para a questão racial; a coleção "Negros em Libertação", da Editora Vozes, publicada a partir de 1985; o apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) à realização de assembléias do Grupo União e Consciência Negra (Grucon); caracterização dos integrantes do Grucon, que reunia negros de dentro e de fora da Igreja; discordâncias no interior do Grucon que levaram ao surgimento dos Agentes de Pastoral Negros (APNs), por volta de 1981; diferenças entre os APNs e a Pastoral do Negro; visão do entrevistado sobre o ingresso do negro na universidade como instrumento de libertação e de mobilização social; descrição do processo de formação do Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), entre 1989 e 1993, na Baixada Fluminense; divergências dentro do PVNC em relação a bolsas de estudo nas universidades particulares e a fundação, pelo entrevistado, da Educafro, em 1997; divergências, no PVNC, sobre a abertura de processo contra as universidades públicas, em

1994, por não isentarem os candidatos pobres de taxa de inscrição nos vestibulares; a introdução do pré-vestibular no projeto Educafro, em 1998.

*2ª Entrevista: 12.07.2004*

FITA 3-A: O funcionamento da Educafro: reuniões de núcleos, aulas de cultura e cidadania, auto-avaliação dos núcleos e dos alunos, limites para expansão fora do eixo Rio-São Paulo; a expansão de pré-vestibulares comunitários em todo o país, a partir do modelo do PVNC criado na Baixada Fluminense, com base na "intuição" e não na "institucionalização" da experiência; critérios de ingresso de alunos na Educafro; o funcionamento do curso: matérias, apostilas, simulados; diferenças entre os núcleos da Educafro do Rio e de São Paulo, em função das diferenças nos vestibulares de ambos os estados; as origens da idéia de pré-vestibular comunitário, no final dos anos 1980, e a experiência da Cooperativa Steve Biko, em Salvador; critérios para a fundação de núcleos de pré-vestibulares comunitários: o uso de locais já existentes e o engajamento de professores voluntários; o risco de os alunos não passarem em exames vestibulares quando têm apenas poucos meses de curso pré-vestibular.

FITA 3-B: Comentário sobre o vestibular da Uerj, realizado no primeiro semestre de 2004; o significado da introdução de missas afro na prática religiosa; o curso de mestrado em teologia litúrgica iniciado em São Paulo em 1997 e a mobilização em torno de pré-vestibulares comunitários em São Paulo, nesse período; o empenho para que as universidades públicas de São Paulo isentassem os candidatos carentes de taxa de vestibular, por volta de 2000; diferenças entre a Educafro no Rio e em São Paulo: o foco nas faculdades públicas e particulares, respectivamente; a institucionalização da Educafro a partir da demanda de faculdades particulares parceiras do projeto e o envolvimento mais efetivo dos franciscanos no projeto; a caracterização da Educafro como entidade franciscana; as fontes financeiras da entidade: os alunos e os franciscanos; experiência de núcleo de pré-vestibular instalado na UFRJ com vinculação à Educafro e ao programa Diversidade na Universidade do governo federal; críticas ao sistema de financiamento das organizações não governamentais (ONGs), que gastam grande parte dos recursos em sua própria estrutura; o convênio da Educafro com universidades em Cuba, onde alunos do projeto cursam medicina e educação física, entre outras faculdades; explicações sobre o conceito de "franquia social" como característica dos procedimentos da Educafro.

FITA 4-A: O funcionamento da franquia social na Educafro; o processo de formação do Grucon, entre o final dos anos 1970 e o início dos anos 1980; divergências entre a Pastoral do Negro e o Grucon, no que diz respeito à participação ou não da Igreja nas iniciativas direcionadas à questão racial no Brasil, e a posição do entrevistado em relação a isso, em Petrópolis, no início dos anos 1980; causas da realização do I Encontro de Seminaristas, Padres e Religiosos Negros do Brasil, no Rio de Janeiro (1983); debate sobre a questão das cotas para negros nas universidades públicas: razões da polêmica gerada em torno das cotas para negros, relação entre cotas e reparação pela escravidão, receios de alguns intelectuais que se colocam contrários às cotas para negros, avaliação da experiência de instituição de cotas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e mudanças na lei de cotas do estado do Rio de Janeiro, elogios ao sistema de cotas da Universidade de Brasília (UnB), necessidade de haver experiências diferentes na instituição de reservas de vagas em

universidades, com a possibilidade de avaliação em médio prazo. FITA 4-B: (continuação) Debate sobre a questão das cotas; discussão sobre a definição de raças no Brasil; opinião sobre a SEPPIR; comentários sobre a Lei 10.639 (obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira); críticas à cartilha "Sonho de Talita"; informações sobre o protesto contra o Banco Itaú; breves considerações sobre as novas estratégias de luta da Educafro; balanço da atuação do movimento negro.

FITA 5-A: (continuação) Balanço da atuação do movimento negro.

*1ª Entrevista: 11.05.2004*

Verena Alberti – Nós gostaríamos de começar do início, dos seus dados iniciais. O senhor nasceu em 1952, que nós temos a informação...

Frei David – Exatamente.

V.A. – Em Nanuque. Como é Nanuque?

F.D. – É uma cidade que faz parte do Vale do Jequitinhonha, que é uma das regiões mais pobres do Brasil. É uma população muito sofrida, muito usada pelos políticos ao longo da história. É uma cidade sofrida e, ao mesmo tempo, região em que houve muita disputa de espaço geográfico entre os três estados: Minas, Espírito Santo e Bahia. Lá nascemos, e acredito que nasci ali, dentro de um projeto de busca da terra prometida, porque meus pais são baianos e, em busca da terra prometida, pararam em Minas Gerais, em Nanuque. E ali eu nasci e eles continuaram a busca pela terra prometida, que encontraram em Vila Velha, Espírito Santo, o lugar onde realmente fomos criados e vivenciamos a cultura, vivemos o caldeirão da diversidade das culturas, dos pensamentos etc.

V.A. – E nós, quem são? O senhor tem irmãos? O senhor está falando: “Nascemos lá...”

F.D. – Isso. A família é composta por sete irmãos. Nascemos ali eu e uma outra irmã, quatro outros nasceram na Bahia antes de mim; outro nasceu comigo ali e um terceiro nasceu no Espírito Santo.

V.A. – Já em Vila Velha.

F.D. – É.

V.A. – E o senhor ficou em Nanuque até que idade, mais ou menos?

F.D. – Ah, saí de lá novo; saí de lá com um ano e meio só.

V.A. – Nem lembra, então, direito.

F.D. – Nem lembro praticamente. Não lembro nada. Voltei lá depois e, aí sim, ao voltar você começa a trabalhar alguns elementos da memória. Mas a região de onde a gente tem referência é Vila Velha, Espírito Santo.

V.A. – Por isso que o senhor fez então a Escola Técnica Federal no Espírito Santo<sup>1</sup>?

F.D. – Isso.

V.A. – Essa era em Vila Velha, ou não?

F.D. – Não. Essa escola fica em Vitória, capital. É uma escola técnica federal e naquele tempo, como hoje, costuma ser uma escola pública de alta qualidade, em contrapartida às demais escolas públicas, quase todas abandonadas pelo governo, com referência a garantir a qualidade do ensino.

V.A. – E o senhor disse que os seus pais estavam em busca da terra prometida. Eles são Manuel Rosalino dos Santos e Maria Pereira Gomes.

F.D. – São dois baianos. Ele é de origem africana, acredito que os bisavós dele foram africanos, e a mãe é de origem espanhola com portuguesa. Então é uma mistura de etnias e a partir daí nasceu essa realidade que somos nós; somos mestiços com um grande desafio de trabalho racial.

V.A. – E trabalhadores rurais os dois? O senhor disse “terra prometida”, me deu essa idéia de...

F.D. – Não. Dei a ideia de terra, de agrícola, não é? Não. Ele, comerciante de comércio que naquele tempo se chamava de secos e molhados e ela, dona de casa.

---

<sup>1</sup> Para a preparação da entrevista, os pesquisadores contaram com o currículo do entrevistado, fornecido com antecedência.

V.A. – E em Vila Velha também tinham um comércio de secos e molhados?

F.D. – Também trabalhava com comércio.

V.A. – E em Nanuque também tinha a lojinha?

F.D. – Sim.

V.A. – E por que eles saíram de Nanuque para Vila Velha, o senhor sabe dizer?

F.D. – Naquele período... Não tanto Nanuque, mas na Bahia, anteriormente, com as crises político-partidárias... Ele tinha um certo envolvimento político, teve que abandonar tudo e perdeu tudo fugido em função das brigas político-partidárias daquele período.

V.A. – Então ele fugiu... Em 1950, no final da década de 1940...?

F.D. – Por ali. Naquela faixa ali.

V.A. – Já temos aí o governo Dutra, e com a política local... Era no interior da Bahia também?

F.D. – Interior da Bahia, exatamente.

V.A. – Perdeu tudo lá?

F.D. – Perdeu tudo. Todos os bens que ele tinha lá.

V.A. – Por causa de brigas políticas?

F.D. – Brigas políticas. E com isso teve que reiniciar a vida em Nanuque...



V.A. – E por que Nanuque, alguém morava lá já?

F.D. – Tinha parentes lá.

V.A. – Aí começou tudo de novo em Nanuque...

F.D. – E retomou com mais determinação em Vila Velha, onde se fixou. Vila Velha, Espírito Santo.

V.A. – E o senhor foi para a escola então em Vila Velha.

F.D. – Isso. A minha primeira experiência de escola, de ensino fundamental, foi em Vila Velha, em uma escola próxima a nossa casa. Depois, o ensino médio foi na Escola Técnica Federal, fizemos o curso técnico de edificações. Era um curso muito disputado naquele tempo. Eram 17 candidatos por vaga, portanto era um curso muito disputado, muito cobiçado. Fizemos esse curso. Tivemos aprovação nesse mini vestibular, acho que minha classificação foi número 23 para 30 vagas. Nosso desafio era conseguir fazer um curso técnico de qualidade máxima, porque meu sonho era ser engenheiro civil. Portanto investimos muito no estudo e, para minha alegria e talvez um pouco surpresa, acabamos como o primeiro lugar da sala de aula. E naquele período, a escola técnica tinha essa questão de que o aluno saía de lá empregado. Ao terminar o curso, nós éramos em 25, mais ou menos, e tínhamos acho que 48 ofertas de emprego diferentes para 25 pessoas. Então a escolha era por classificação acadêmica. Então eu tive a honra e o...

V.A. – O privilégio.

F.D. – O privilégio... Em todo caso era uma demanda muito grande de opção, você tinha 48 opções para escolher uma. E escolhi trabalhar na Telecomunicações Espírito Santo. Primeiro, porque eu podia permanecer na cidade em que eu estava com a família, e com uma grande perspectiva de crescimento. Poderia me ligar ao setor de edificações civis, só que naquele período a questão da técnica de telefonia era algo que seria quase a Internet de hoje. A telefonia era o grande *boom*. E como eu gostava dessa área

desafiante, eu optei por disputar uma vaga de estágio com chance de emprego na área telefônica e de construção de redes telefônicas: planejamento, definição, estratégias e expansão de redes telefônicas. Fiz estágio; após o estágio fui aprovado e fui encaminhado para um curso de especialização na área e, para minha surpresa, acabei o curso de especialização, voltando para a empresa – esse curso era feito lá mesmo no estado, um mês de curso –, já fui içado para ser coordenador de setor – normalmente, naquele período, só engenheiros ocupavam esse cargo. E fiquei um pouco preocupado porque naquela fase eu já estava na busca de uma vida mais radical, a partir de todos os conflitos sociais e políticos. A minha opção era lutar mais pela causa da justiça, e voltada com a raiz, que ficou lá para trás, de 12 anos, quando eu pensei em ser padre franciscano.

Então retomei nessa fase, agora, quando me vi sozinho... O salário que eu ganhava, com dois meses de trabalho eu podia comprar um fusquinha zero quilômetro. E de repente, na família, eu era o mais novo praticamente, com o melhor salário, ganhando muito bem, estava muito bem-sucedido, mas me questionando se eu não estava sendo atraído e traindo uma proposta de luta por justiça. Então foi quando a gente retomou as reflexões dos 12 anos, a proposta de ser franciscano.

V.A. – Aos 12 anos, então, o senhor...

F.D. – A proposta inicial foi com 12 anos, de ser franciscano...

V.A. – Como foi essa proposta?

F.D. – A descoberta, o despertar, vamos chamar assim, de uma proposta, foi aos 12 anos e, por orientação da família e de outras pessoas, concluímos que eu não tinha idade para fazer esse discernimento, e então deixei a coisa enterrada, estacionada, em *stand-by*, e agora, então, já com os meus 18... acho que eu já tinha meus 19 ou 20 anos, por aí... decidi então retomar essa questão, quando então decidimos, em 75, fazer uma experiência temporária com os franciscanos. A decisão era difícil de tomar porque, afinal, eu ia trocar tudo por nada. Eu tinha um salário bom, muito bom em relação ao conjunto da sociedade, e deixaria o salário para trás para tentar descobrir se eu tinha ou não vocação sacerdotal. Então é algo assim muito nas nuvens.

Não sei se por sorte ou se por azar, o meu superior – um engenheiro do Recife, formado no Recife, um nordestino muito firme, muito consciente, muito guerreiro – ele levou um susto quando eu falei para ele que eu estava deixando a proposta... Eu não queria aceitar a proposta dele de ser chefe de setor, fiquei substituindo por um período de um mês apenas, interinamente. Mostrei para ele que eu não queria porque eu tinha outra proposta na minha vida. Ele disse: “Mas como? Qual empresa está te contratando?” Eu disse: “Não é outra empresa não. Eu estou optando por seguir o caminho franciscano, ser frei franciscano.” Ele disse: “Não pode ser. Não tem nada a ver com você. Você é um cara estratégico, você é um cara técnico...” E começou a dar o meu perfil segundo a visão dele. E eu disse: “Que bom que você me vê nesse perfil porque na verdade eu estou querendo ir para lá para ter certeza que não é lá e voltar.” Ele disse: “Então está bom. Vou então definir aqui que vou lhe dar licença. Você então vai sair com a possibilidade de retornar. Você vai ter um ano para fazer essa experiência e voltar. Eu sei que você vai voltar, então você vai ter essa chance aí.”

Então eu fui, gostando dessa ideia dele, que me deixou mais tranquilo, porque eu tinha o emprego, mais ou menos, ainda amarrado. Só que, um mês estando lá dentro, eu descobri que, na verdade, eu caí em uma armadilha. Porque se você deixa as pontas amarradas, você começa, com qualquer coisinha, a balançar a sua busca de radicalizar uma descoberta. E no meu primeiro embate lá dentro do seminário, arrumei a mala para vir embora. Um mês depois, ou um pouco mais de dois, por aí... Entrei em março, e em 13 de maio, a turma – nós éramos em trinta e tantos alunos seminaristas, a maioria de origem alemã e italiana, do sul do Brasil –, inventaram de comemorar a Lei Áurea no refeitório ao meio-dia. O refeitório imenso, pegaram uma mesa, botaram no meio do refeitório e deram o toque de navio negreiro, e naquele dia os negros seminaristas deveriam sentar naquela mesa para almoçar.

V.A. – Eles deveriam o quê?

F.D. – Sentar naquela mesa do centro, a mesa navio negreiro, para almoçar e receber uma homenagem, uma brincadeirinha que eles iam fazer com os negros. E como eu nunca me imaginei negro, sempre me vi como alguém “queimadinho da praia”, das praias capixabas e não muito mais do que isso, alguém que... “Eu sou moreno porque eu sou mais de praia e ponto final!” Não assumia minha negritude e então, frente a esse

fato, criou-se um clima muito difícil. Não, não difícil. Na verdade eu nem puxei para mim a missão de sentar naquela mesa do meio. Sentei normalmente nas mesas laterais como os demais brancos. E na hora da brincadeira alguém gritou: “Êpa, tem uma cadeira vazia. Falta alguém. É o David.” Então foi lá meia dúzia de alemãozões me puxar pelas pernas, pelos braços e me botar na cadeira, no meio da mesa. Eu disse: “Pera aí. Vocês estão me ofendendo publicamente. Vocês estão me agredindo, estão me chamando de negro diante de todo mundo. Isso é agressão. Não aceito uma coisa dessa.” E assim que me soltaram no meio daquela mesa eu enfiei a mão na jarra de água, derrubei uns dois copos, quebrei algumas coisas e saí, fui embora para o meu quarto para arrumar a mala e vir embora.

E ali teve um formador que foi um cara muito estratégico, um cara muito capaz, muito bem preparado. Ele então foi chamado, esteve lá, eu já estava arrumando a mala, ele disse: “O que houve?” Eu disse: “Me chamaram de negro, me agrediram, portanto estou ofendido e vou embora.” Ele disse: “Tudo bem, se você quer ir embora, você vai. Mas faz o seguinte: fica ao menos até hoje à noite para a gente conversar. Vamos conversar um pouquinho, eu quero sentir melhor o que está acontecendo. Depois você vai embora. Não tem nenhum problema, você quer ir, vai. Você é adulto.” “Ok.” Fiquei e ele então me escalou na tarde para trabalhar na equipe de recolher frutas. E ele, estrategicamente, botou o grupo que me chamou de negro e que me arrastou, colocou o grupo na coleta de frutas e eu no grupo também. Eu não sabia de nada, entrei no grupo e fui colher frutas. Quando deparo e olho: era o grupo que me criou a situação constrangedora. E estou lá trabalhando, segurei o saco de depositar as frutas, eles iam colhendo e eu ia segurando e guardando sem olhar para a cara de ninguém. Quando terminei, que vou então tomar banho, ele me cerca e diz: “Olha, você não conseguiu olhar para os seus companheiros. Você não perdoou seus irmãos. Como é que você quer ir embora se você não consegue perdoar? O que você vai ser lá fora na sociedade se você não é capaz de perdoar? Então aguenta, realmente eu preciso falar com você, porque você não é a pessoa boazinha que você falou, não. Você falou na primeira entrevista comigo que você queria ser franciscano para ajudar a construir um mundo melhor, para criar perdão, justiça social... Você nem consegue perdoar. Como é que você vai ser um franciscano? Portanto, à noite eu quero falar com você.”

Chegou a noite, eu fui lá para o quarto dele após o jantar. E ele criou todo um clima tranquilo: “Qual é o seu time?” Eu disse: “Sou Flamengo.” E vai lá, vem cá...

elogiou o Flamengo e, de repente, ele disse: “Você tem aí a foto de sua mãe?” Eu disse: “Tenho sim.” Enfiei a mão na carteira, peguei a foto da mãe e mostrei para ele. Mãe branca, e ele olhou: “Ué, sua mãe é branca?” Eu disse: “Lógico, eu sou branco, minha mãe tem que ser branca.” Ele cortou o assunto: “Pois é, você mora no Espírito Santo? Como é que é lá?” Eu disse: “Tem muita praia, praia de Guarapari, praia de Camburi, praia da Costa...” E dizendo que eu ia muito à praia... Assim que ele percebeu que eu estava totalmente descontraído, fez a seguinte pergunta: “Tem uma foto do seu pai?” Eu disse: “Não tenho, não.” Ele disse: “Não tem?” Eu disse: “É, frei, ter, eu tenho, mas está lá na mala.” “Vai lá buscar.” Eu disse: “Mas a mala já está fechada e eu estou pronto para ir embora...” Ele disse: “Mas, vai lá. Você vai embora, eu quero conhecer pelo menos o seu pai de foto.” “Mas, frei... Está bem protegido, está tudo guardado. Nem sei mais onde está a foto do homem.” Ele disse: “Vai lá buscar.”

Eu vou lá, muito chateado com essa história de buscar a foto do pai. Lá, então eu abro a mala, pego lá no fundo da mala a foto dele e trago. E todo meio humilhado, abro e mostro para ele a foto do pai, todo humilhado... E ele vai e diz: “Seu pai é negro!” Aí deu um choque geral. Parado, nem saí do lugar, nem para frente, nem para trás, nem baixava... Ele foi lá, pegou um copo d’água e tome água e senta... “O que está acontecendo?” E eu não conseguia falar, e ele disse: “Olha, você sofre de uma doença grave de que você não é culpado.” “Eu? Doença?” Ele disse: “É. Você sofre de uma doença perigosíssima, contagiante, você pegou essa doença, você não é culpado e chama-se ‘ideologia do embranquecimento’. E só você tem o remédio para derrubar essa doença fora. Se você não trabalhar, não atacar essa doença, vai te estragar todo e você vai ser uma pessoa sempre sofrida.” Eu disse: “E como é essa doença?” Ele falou: “Essa doença leva a pessoa a rejeitar seu povo, sua raça, sua etnia.” Ele apontou para ele: “Eu, alemão, leio livro em alemão sobre meu povo toda semana. Tudo ligado à Alemanha eu estou lendo, estudando minha cultura, meu povo... estou alimentando e mantendo. E você faz isso?” “Não senhor. Eu nunca li um livro sobre o negro.”

E aquilo ali começou a me despertar uma questão estranha: “Puxa vida, meu pai é negão, nunca falou nada sobre o negro para mim.” Aí comecei a fazer a releitura, voltar na história: “Meu pai praticamente neutralizou os filhos dele da família dele, dos irmãos dele, dos pais dele.” Ou seja, nós todos nascemos sem conhecer a família dele. E ele nos colava o máximo possível à família da minha mãe: brancos. E nenhum dos meus irmãos conhecia nenhum parente do meu pai. Ele se afastou de vez da família dele e nos

ligou de vez à família da mãe, que são brancos. Então, nós crescemos todos com essa... Então ali eu comecei a entender como é que se desenvolvia em nós, em mim e em meus irmãos, a consciência de rejeição da questão racial. Então foi toda uma estratégia, e comecei a avaliar e vi que meu pai inconscientemente negava a cultura étnica dele. Ele não vestia roupas coloridas, ele não sambava, ele não curtia som afro... Era alguém que já vivia o drama da ideologia do embranquecimento. E isso ele estava repassando para nós inconscientemente.

E ali então, a gente trabalhou muito essa questão e acabou então o papo com esse frei, fui dormir, desmaiei porque eu estava totalmente exausto. E a primeira coisa que eu faço no dia seguinte, ao acordar, é ir para a biblioteca. Fui buscar um livro sobre o meu povo negro. Um povo que eu sabia... Até o dia anterior eu era branco, estava muito bem situado. Acordei sem saber se eu era branco, se eu era negro. Sem cultura, sem identidade, eu estava perdido, estava quebrado. “Essa história de ir embora para casa é impossível. Eu vim para cá inteiro. Voltar quebrado? De jeito nenhum. Não volto quebrado não. Quero me consertar. Quem sou eu?” E ali então foi toda uma crise existencial muito forte. E fui nessa tal biblioteca procurar um livro sobre o negro. E rodei a biblioteca imensa do seminário, todas as prateleiras; não encontrei um livro sequer sobre o negro. Aí acendeu a “luzinha”: “Outro elemento que está fazendo o povo negro se autonegar: as bibliotecas em geral. Elas não valorizam o meu povo negro, e com isso não tem nada sobre o meu povo negro.” Fui lá: “Frei, pois é, o senhor falou que lê todo dia livros sobre o seu povo alemão. Rodei todos os armários da biblioteca e não encontrei um livro sequer sobre o povo negro, frei. E aí, o que está acontecendo?” Ele disse: “Sério? Não tem? Vem cá.” Pegou o carro, me botou no carro, foi lá para a cidade e comprou lá dez livros sobre o negro, botou na mesa central da biblioteca, e a partir dali comecei a ler sobre o negro.

E ali, em 76, começou a nascer o despertar da consciência racial, a leitura crítica das relações raciais no Brasil e o quanto isso estava muito mal resolvido, o quanto isso era uma fonte de estrago de vida, porque, puxa vida, o bonito é a pessoa se amar conforme Deus a criou. E se eu vivia aquilo, comecei a me perguntar: “Como é que vivem os demais negros?” E descobri que todos os negros do seminário – eram poucos, éramos sete ou oito negros, oito comigo – todos eles também negavam sua cultura racial. E comecei, na sociedade, na cidade, em reuniões, aonde eu ia eu tentava colar em pessoas negras e puxar sobre o tema do negro. E descobri que, de cada dez, nove não

queriam nem papo sobre esse assunto. Então eu percebi que a rejeição estava em grau exageradamente forte, era um problema, problema nacional, sim. Decidi que a partir dali eu não queria ser franciscano porque São Francisco tem uma proposta de vida e tem um projeto de sociedade. Eu queria ser franciscano porque eu queria botar essa estrutura de igreja e de franciscano a serviço de um assunto que não é bem trabalhado, que é a questão do negro.

E eu caí na besteira de, na primeira reunião com o meu superior, comunicar isso a ele: que eu queria ser franciscano para lutar pelo povo negro. Ele disse: “De jeito nenhum. Você não pode ter seu querer. Franciscano tem que ser obediente e fazer o que nós mandarmos e ponto final.” Eu disse: “Mas, frei, olha essa realidade...” Dei para ele, assim, os dados. “Ou você é obediente ou vai embora, é mandado embora.” Eu disse: “Está bom. Vou ser obediente então.” Me adaptei a eles e, se eu tinha a missão de trabalhar tal assunto em tal comunidade e eu tinha que em três dias fazer aquele trabalho, fazia o trabalho em meio dia, e em dois dias e meio ficava trabalhando o tema do negro, estudando, conversando, pesquisando, fazendo reuniões, projetando *slides* sobre o negro nas comunidades. Ou seja, eu dava meu nó, para eles eu estava fazendo o trabalho que eles mandaram, mas eu decidi fazer outras coisas também em paralelo. E dei o meu jeito, com uma estratégia bem mesmo de quilombola. A coisa foi indo embora e terminei o noviciado... Terminei o meu estudo em Guaratinguetá, onde era esse seminário em São Paulo, dali fui aprovado para fazer o noviciado, em Santa Catarina. Fiz um ano de noviciado e fui então aprovado para fazer duas faculdades ao mesmo tempo: filosofia e teologia. Essa faculdade era em Petrópolis. Então, fiz ao mesmo tempo duas faculdades, dei conta do recado, e na mesma estratégia: acendendo uma vela para as normas da Igreja e outra vela para as normas da comunidade negra.

A gente investiu por aí e, quando o superior me pressionava, eu dizia: “Ah, é que sobrou um tempinho e eu estava aplicando também em outras questões que eu acho interessantes para o reino de Deus...” Tentava enrolar um pouquinho. E aí a gente começou então a radicalizar o trabalho do negro, sempre entendendo que não podia puxar o assunto do negro de maneira direta porque o próprio negro rejeitava. Então eu puxava de maneira indireta.

V.A. – Como?

F.D. – Por exemplo: em Petrópolis, onde eu estava estudando, em 81 houve uma grande chuva e mais de mil pessoas perderam suas casas, que rolaram morro abaixo. Não sei se vocês se lembram desse fato, 81.

V.A. – Em Petrópolis geralmente tem essas calamidades...

F.D. – E naquele tempo o ministro era o ministro Mário Andreazza<sup>2</sup>, que prometeu que ia reconstruir as mil casas em 90 dias. E aí, nós distribuimos panfletos para o povo quando tinha 60 dias, propondo ao povo uma grande reunião para dali a dez dias. E a proposta era essa: “Se o ministro não colocar até o dia número 80 os tijolos para construir as mil casas, vamos parar a cidade de Petrópolis com uma grande passeata. Todos os moradores, todas as vítimas vão fazer uma passeata na cidade.” E aí a gente panfletou em todos os morros de Petrópolis e a multidão começou a se alvoroçar, o assunto foi para a imprensa, cresceu demais, e aí o bispo, que era um bispo ultraconservador, chamou meu superior lá: “Olha, descobrimos, veio um comunicado de Brasília dizendo que tem um padre comunista aqui no convento. E esse padre, falaram que é padre, mas não é padre, é o Frei David, ele está estudando ainda, não foi ordenado ainda, no entanto ele está agitando, está criando confusão, não está respeitando a missão dele, que é ficar na igreja. Ele está indo para os morros, para as favelas, fazendo comunismo e chegou um comunicado de Brasília que tem três padres comunistas na minha diocese. Um padre é o Frei Leonardo Boff, e já mandei um relatório para Roma pedindo a expulsão dele – assim falando o bispo. O segundo padre é o padre Lino, é um italiano, e eu já pedi a expulsão dele do país, e vai ser expulso nos próximos dias. O terceiro padre, que não é padre, é o Frei David, e comunico agora ao seu superior, se o senhor não tirar o Frei David, que é estudante ainda, portanto está sob sua jurisdição, se não tirar ele em 30 dias, eu vou expulsá-lo daqui da diocese. Como católico, ele está expulso da diocese.”

Ih, mas foi um problema sério porque vazou para o povo e o povo, em vez de fazer a passeata contra as casas, foi fazer passeata na casa do bispo contra a minha expulsão. Então, a primeira passeata, que deveria ser contra as casas, foi contra o bispo. E logo em seguida, no dia 90, uma grande passeata na cidade contra a não-construção das casas parou a cidade, foi um tumulto grande e nunca houve aquilo nos últimos

---

<sup>2</sup> Mário Andreazza foi Ministro do Interior entre 1979 e 1985.



tempos: “Como é que ousa, em plena ditadura militar fazer uma coisa dessas? É muito atrevimento, é muito abuso. É um comunista mesmo, está sendo financiado pela Rússia...” Aqueles papos todos que rolavam... O fato é que o bispo foi e me expulsou. O meu superior não me transferiu de lá. A norma dele era: “Você transfere o frei daqui, bota em outra cidade do Brasil onde vocês têm casa. E se você não fizer isso em 30 dias eu expulso ele.” E deu os 30 dias, o superior não me tirou e ele me expulsou. E aí, uma vez expulso, dias depois foi minha ordenação sacerdotal lá em Vitória, lá em Vila Velha. E para minha surpresa, já tinha sido decidido antes pelos meus superiores, antes da expulsão, que eu, sendo ordenado padre, iria trabalhar na paróquia de Petrópolis. Já estava tudo sacramentado, registrado, e só iam me comunicar no dia da minha ordenação, como é de praxe. Só que nesse meio tempo já houve a proibição do bispo de eu ser estudante em Petrópolis. Agora como é que iam executar uma transferência para eu ser padre em uma diocese da qual o bispo já me expulsou como estudante? Como padre era inviável essa possibilidade. E aí foram 500 reuniões dos meus superiores com o bispo e o fato é que o bispo aprovou que eu ficasse só seis meses, mas quietinho na sacristia, sem fazer trabalho comunista na diocese enquanto eles encontravam uma solução. Porque uma vez que já foi tudo fechado, que eu iria trabalhar lá, e uma vez que ele entendia que a coisa era muito delicada, que as estruturas... ou seja, foram feitas várias transferências e a minha foi considerada nesse conjunto...

Bom, nesses seis meses morando em Petrópolis, continuei às escondidas com o trabalho, e fui um pouco mais além: criei em Petrópolis o Grupo de União e Consciência Negra, criei a pastoral, a JOC, Juventude Operária Católica, e já estava criado o movimento dos desabrigados. E criei um quarto trabalho que foi o movimento dos desempregados. Já estava criado o movimento dos desabrigados, criamos o movimento da consciência negra, criamos o movimento da JOC, Juventude Operária Católica, e depois criamos por fim o movimento dos desempregados. Porque foi um período de grande crise econômica, com muitos desempregados, e aí a gente tentava enfrentar esse problema de várias maneiras. Mas lutar contra o desemprego é muito difícil, e aí eu fiz uma loucura. A loucura foi ir a um supermercado da cidade e propor ao moço: “Eu sou padre, e aparece muito pobre lá com fome. E aqueles que eu acreditar que estão com fome, eu vou fazer um bilhete para o senhor com a minha assinatura e meu carimbo, e o senhor vai me dar 20% de desconto no que ele comprar de alimentos – só pode comprar alimentos – e eu vou fazer vales de dez reais para eles virem aqui

comprar. O senhor despacha e eu pago o senhor de sete em sete dias.” Não tinha dinheiro para isso. [riso] Aí fiz o acordo com ele e, quando fui ver a conta, estava muito grande. E não tinha dinheiro. E aí eu fui ao superior comunicar: “Infelizmente eu fiz uma arte que é isso, isso e isso. Estou com um débito grande lá e não sei o que fazer.” “Você está ficando doido!...” Eu disse: “Eu tenho uma proposta para o senhor.” Ele disse: “Qual proposta?” “Vocês me elegerem para representar a casa na ordenação de um frei lá em Santa Catarina. Eu botei no lápis e no papel, indo para lá de avião eu vou gastar X. Minha proposta é fazer uma bonita carta para ele, comunicando a ele; pegar todo esse dinheiro que eu vou gastar de avião e pagar os débitos lá no supermercado, e eu faço uma carta explicando para ele que a presença da fraternidade foi transformada nesse gesto de solidariedade e ele é um cara sensível, vai entender e ponto final.” Ele protestou, mas fazer o quê? “Então está bom. Faça isso. Muito mais como um castigo para você, porque você não vai mais para a ordenação, vai ficar aí de castigo. E você com esse dinheiro...” Eu falei: “Que bom. Se o senhor prefere como castigo, eu aceito como castigo.” Foi uma proposta minha, mas ele mudou...

[FINAL DA FITA 1-A]

F.D. - ...Tudo e voltou a fome outra vez. Eu disse: “Não. Eu quero uma solução um pouco mais estratégica.” Aí então, sem comunicar ao superior, fui a uma revendedora de automóveis da cidade e propus se eles me vendiam fiado um carro 0 Km. Ele disse: “Como vender fiado?” Eu disse: “Olha, eu trabalho com pessoas pobres e estou fazendo uma rifa de um carro 0 Km, só que eu não tenho esse carro, e quero fazer essa rifa para o povo vender na rua os bilhetes – cada bilhete era, vamos dizer, cinco reais, 12 reais... não lembro o preço – e a pessoa que vender vai ficar no ato com 50 % do valor. São cartelas de dez bilhetes, a pessoa vai ficar com a metade do que ela vendeu no ato. A outra metade vai ser para pagar o senhor e comprar um outro carro para fazer um segundo sorteio.” Ele disse: “Mas como? O que o senhor me dá de garantia?” “Minha palavra.” Ele disse: “Mas quem é você?” “Eu sou frei...” Ele disse: “E daí?”

V.A. – Eu não entendi. A metade fica com vendeu a rifa...

F.D. – Quem ia vender a rifa? Seriam os pobres que estavam passando fome que iriam vender a rifa. Vinha separada em bloquinhos de dez bilhetes só. Então, vamos dizer que eram cinco reais cada bilhete; ele venderia dez bilhetes e faria 50 reais. No ato, ele ficaria com 25 reais para ele. Então, se ele vendesse aquilo em um dia, em um dia ele teria 25 reais, não mais dez reais para fazer compras, tinha 25 reais, mas do trabalho do suor dele. Os outros 25 reais ele devolveria para pegar um segundo carnê. Se ele não devolvesse, porque era comum pobre “dar tombo” também, em vez de devolver... está com 50 reais na mão, vai gastar os 50 reais e ficar devendo Deus e o mundo. Então, para garantir que ele iria voltar, a gente fazia esse método: ele viria prestar conta de 25 reais e poderia pegar um segundo bilhete. E assim iria. Teve gente que chegou a ganhar, naquele período, uns dez salários mínimos por mês. Teve pobre, daqueles bem convictos de que era uma solução boa para eles, e esse trabalho reunia mais ou menos umas 400 ou 500 pessoas, esse trabalho de vender rifa de carro 0 Km.

Bom, o carro foi entregue, sem nada, sem documento, sem coisa nenhuma. Eu pegava esse carro então e botava ele na rua em exposição e o povo em volta vendendo, com faixas, cartazes, e vamos levando o problema e gritando por solidariedade... O fato é que no prazo certo vendemos os bilhetes todos, conseguimos no ato resolver o problema de 400 famílias, em nível de alimentação e não muito mais que alimentação; conseguimos pagar o carro 0 Km antes do prazo; e tínhamos dinheiro para comprar outros três carros para fazer outras três rifas. Ou seja, foi uma solução pela qual a gente ficou entusiasmado, fantástica, fiquei feliz com aquele método porque o povo trabalhou, criou-se emprego temporário real, com soluções reais e com estratégias interessantes.

E nesse ínterim eu continuava com todos os demais trabalhos – esse trabalho foi com os desempregados. Mas continuava o trabalho com o movimento negro, trabalho de consciência negra, o trabalho com a Juventude Operária Católica e o trabalho com os desabrigados. E a coisa crescia cada vez mais, e o bispo cada vez mais nervoso, de 15 em 15 dias, uma reunião com o bispo, querendo a minha expulsão... Deu seis meses, o meu superior não me transferiu e o bispo me expulsou em caráter irrevogável. E aí, mais uma vez, passeata contra o bispo, protestos, confusões... E a gente então arrumou a mala e foi embora. O meu superior me transferiu para ser padre na catedral de Duque de Caxias, Rio de Janeiro. E então fiquei 20 anos trabalhando com o povo pobre de Duque de Caxias, reiniciando ali todos os trabalhos que havia em Petrópolis.

V.A. – Vamos voltar um pouquinho aos seus 12 anos. Como é que o senhor teve aquele primeiro chamamento, se assim se pode dizer, para os franciscanos?

F.D. – Se deu como? Na cidade onde a gente morava...

V.A. – Vila Velha já?

F.D. – Vila Velha... Nesse período aí, eu fui fazer uma experiência em colégio agrícola para conhecer técnicas de agricultura. E era um colégio agrícola no interior do Espírito Santo. Muito longe, de muito difícil acesso. E toda semana ia um padre dar assistência a essa vila e ao colégio agrícola, chovendo ou fazendo sol. E eu via aquele padre chegar lá com um esforço...

V.A. – O mesmo padre?

F.D. – É, o mesmo padre. Um esforço danado. E uma vez ele chegou lá com a lambretinha dele, todo sujo de barro porque a lambreta atolou várias vezes, e chegou lá atrasado mas chegou. Pediu desculpas e foi lá, se lavou rapidamente e veio cumprir suas obrigações de servir ao povo e atender... E aquilo me... “Que dedicação...” E ele era um cara dedicado, organizava, orientava o povo, era um militante muito consciente... Eu dizia: “Caramba... Eu quero ser padre quando crescer.” E aí então, nesse modelo desse padre a gente quis ser padre quando crescer. E falei para a família, e a família: “De jeito nenhum. Você não tem idade para pensar o que você quer ainda.” Eu pensei: “Eles são adultos. Eles estão falando porque eles sabem o que estão falando. Então eu vou me sossegar.” Me sosseguei e aí com 18 anos voltou.

V.A. – E o senhor foi fazer esse trabalho na fazenda agrícola, conhecer essa escola agrícola, por quê?

F.D. – Porque era uma proposta nossa, também naquele período, de tentar descobrir alternativas de trabalho, por um lado. E por outro lado, porque houve mais outra grande crise financeira na família e era uma alternativa de investir na educação, porque meus

pais não podiam investir mais. Foi uma fase em que caiu por terra toda a questão socioeconômica da família...

V.A. – Mais alguma briga política no Espírito Santo? [risos]

F.D. – Dessa vez não. Dessa vez foi, talvez, o encantamento do meu pai pelas mulheres capixabas, e passou a ter três famílias. [riso]

V.A. – Aí dá despesa...

F.D. – Aí dá despesa demais e ele então... A mãe foi e expulsou ele de casa porque, afinal de contas, ela não queria dividir o homem dela com nenhuma outra mulher. E aí, para ela conseguir vencer sozinha, ela criou essas estratégias.

V.A. – Então foi por recomendação dela que o senhor foi para essa escola agrícola?

F.D. – Isso.

V.A. – Ficou muito tempo lá?

F.D. – Acho que dois anos, se não me engano. Por aí.

V.A. – E outros irmãos também, cada um em uma estratégia...

F.D. – Só eu e um outro irmão fizemos esse método porque havia também naquele período um certo encantamento pela dimensão agrícola. Nós tínhamos uma hortinha no nosso quintal e, segundo minha mãe, as plantas que eu plantava cresciam melhor e mais rápido. E ela dizia isso, e eu achei que era verdade porque eu ia lá observar e via lá: o que o fulano fez estava lá sofrendo e o meu estava mais bonito. Ela dizia: “Você tem jeito para isso.” “Se eu tenho jeito, então vou conhecer esse jeito.” Mas acho que ter ou não ter jeito é uma coisa, e eu percebi que lá veio esse encontro com uma proposta de uma ação mais radical.

V.A. – E o senhor continuou mantendo contato com o seu pai, depois que ele saiu de casa?

F.D.- Ele morreu em seguida. Ele teve problemas de saúde e morreu. E a mãe morreu agora recentemente, em 97. Foi uma morte muito, muito desagradável. Em um hospital para o qual ela foi para um tratamento de uma coisinha boba, colocaram nela um soro contaminado e morreu. E agora, ontem vocês viram na imprensa que aqui no Rio tem esse problema outra vez. Tem, parece que umas dez pessoas que morreram nos últimos dias por causa de soro contaminado. Então, se vocês ficarem doentes não vão para o hospital, não.

V.A. – Esse seminário, então, era em Guaratinguetá. Os franciscanos têm um seminário em todo o Brasil, é isso?

F.D. – Têm vários seminários.

V.A. – Por que o senhor foi a esse de Guaratinguetá?

F.D. – Porque esse seminário pertence a... Porque nós franciscanos somos divididos em sete províncias, sete regiões no Brasil todo. E o seminário da região Sudeste é em Guaratinguetá.

V.A. – Então o senhor já estava no Espírito Santo então veio para...

F.D. – Isso.

V.A. – E por que franciscanos? Porque esse padre que foi nessa escola agrícola não era...

F.D. – Não era franciscano. Ele era padre jesuíta. Por que franciscano? Porque quando voltou o despertar eu morava em Vila Velha e Vila Velha é toda servida pelos padres franciscanos. E ali foi que eu conheci, ao longo desse convívio, São Francisco de Assis, sua proposta, sua radicalidade de vida e isso eu achei interessante.

V.A. – Então é por isso que lá nesse seminário em Guaratinguetá vinham os alemães e os italianos do Sul, que levaram o senhor para essa mesa. Por isso que havia pessoas de todo o país no caso. Esse frei que conversou com o senhor, que disse que o senhor estava com a doença do embranquecimento, quem é esse frei?

F.D. – É o Frei Fritzen. **[tentar achar o nome completo e alguma biografia. Fazer nota]** Ele já deixou de ser frade e já casou, está bem, já tem vários filhos. Ele foi um daqueles que, na crise dos anos 70, deixou a vida religiosa.

V.A. – Ele então depois...

F.D. – Seguiu o rumo dele.

V.A. – O senhor estava falando que despertou para essa questão do negro a partir dessa sua experiência no seminário, que foi muito marcante, inclusive a forma como o senhor relatou também. E que então, ia fazer as missões que os franciscanos diziam para fazer, mas que sempre, de forma indireta, tentava... Agora estou me lembrando: o senhor falou que sempre que tocava na questão do negro com uma pessoa negra, a primeira coisa que ela fazia era recusar a ideia. E que o senhor, então, procurava formas indiretas. Que formas indiretas eram essas?

F.D. – Era trabalhar outros dramas. Por exemplo: os desempregados. Através do drama número um para ele, naquele momento desempregado, a gente discutia e tentava entender o drama dele, e em seguida, uma vez ele desocupando a mente com aquela questão número um, a gente colocava a questão número dois. Puxava o assunto do negro, depois que criava um laço de amizade, de confiança com a minha pessoa. O mesmo caso com os desabrigados, os desempregados e outros grupos.

V.A. – E como é que o senhor puxava o assunto do negro?

F.D. – Nós projetávamos *slides* sobre a história do negro no Brasil, dando a eles consciência histórica, porque entendíamos que a consciência histórica é o primeiro passo para o despertar de consciência.

V.A. – O senhor tem ainda esses *slides*, não?

F.D. – Devo ter alguma coisa por aí sim. Devo ter...

V.A. – Porque nos interessam essas estratégias de mobilização do início do movimento negro, que começou a aflorar nesses anos 70, justamente.

F.D. – Esse *slide* é fácil de você encontrar. Anota aí por favor: quem produziu esses *slides* fomos nós, uma equipe grande, com a assessoria do Ibase<sup>3</sup>. Então no Ibase tem tudo isso arquivado. O nome do *slide* é *A história que não foi contada*. O segundo *slide* chama-se *A vida renasce da luta*.

Amílcar Pereira – E tinha alguma coisa a ver com o Betinho?

F.D. – Era do tempo do Betinho, sim. O Betinho fez parte da nossa vida, do nosso despertar. O Betinho foi nosso solidário, nós éramos amigos e inclusive o Betinho foi responsável por outra grande enrascada em que eu me meti, outro grande conflito em que eu me meti com prazer. [riso] O Betinho foi corresponsável. Foi no ano de 83, eu acho, em que nós organizamos o primeiro encontro de religiosos, seminaristas e padres negros. Esse encontro foi organizado aqui no Rio de Janeiro em um grande colégio de freiras, Colégio Assunção, que tem ali na rua Almirante Alexandrino. Foi o primeiro encontro de seminaristas, padres e religiosos negros do Brasil. Organizamos esse encontro com uma grande divulgação dentro do mundo católico. E naquele tempo era cardeal do Rio de Janeiro Dom Eugênio Sales, um cardeal superconservador<sup>4</sup>. Ao saber

---

<sup>3</sup> O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), criado em 1981, é uma instituição de utilidade pública federal, sem fins lucrativos, sem vinculação religiosa e a partido político. Sua missão é auxiliar na construção da democracia, combatendo desigualdades e estimulando a participação cidadã.

<sup>4</sup> Identificado com o setor mais conservador da Igreja, Dom Eugênio Sales foi bispo de Natal e Salvador, bem como titular da arquidiocese do Rio de Janeiro a partir de 1971, tendo desempenhado importante papel nas negociações entre a Igreja e o Estado durante o regime militar instaurado em 1964.



que estava sendo organizado esse encontro, ele proibiu que o encontro fosse realizado, mandou fechar tudo e ponto final. E aí eu mandei uma carta para ele, falando com ele que estava em jogo um drama de consciência: eu não sabia se obedecia a voz de Deus, que estava em meu coração, ou se a voz dele e a autoridade eclesiástica. E a minha tendência era respeitar a voz de Deus. E pedi a ele que ele retirasse a proibição porque eu não conseguiria dizer não para Deus, e iria fazer o encontro assim mesmo, contra a vontade dele. Ele me achou atrevido e mandou meu superior me punir.

Meu superior ficou confuso, e eu então reuni a comissão organizadora, o encontro estava sob a organização da Conferência dos Religiosos do Brasil<sup>5</sup>. Propus à comissão que a gente cortasse, para libertar a Conferência dos Religiosos do Brasil, para ela não ser responsável, para ela não ter que ser punida por causa de nós... Nós então criamos independência, nos desligamos da Conferência dos Religiosos do Brasil – nós, como religiosos, nos desligamos, tivemos essa ousadia. Foi outra estratégia. Então mandamos uma carta para a Conferência dos Religiosos do Brasil nos desligando da Conferência. Esse grupo, portanto, de dez pessoas que estavam organizando esse encontro, se declarava autônomo e fazia esse encontro por conta própria. E mandamos uma carta para o cardeal Dom Eugênio comunicando que nós estávamos nos desligando da CRB e que, se ele era contra o encontro, ele deveria punir a nós e não mais a Conferência dos Religiosos do Brasil, que o encontro ia acontecer e que nós achávamos que Deus tinha mais autoridade do que ele no buscar a justiça.

Foi algo desastroso, porque o homem nunca se sentiu tão agredido no poder dele – não na autoridade, isso é poder. O poder dele foi desafiado. Foi para ele a pior coisa da história da vida dele, nunca ninguém fez aquilo com ele, e isso aí estourou na imprensa, e aí entra o Betinho. O Betinho foi quem nos ajudou a discernir esse problema, porque a gente estava em crise se deveria obedecer ao Dom Eugênio, ou se deveríamos obedecer a nossa consciência segundo nossa compreensão de Deus. E o Betinho deixou claro: “Frei David, há uma história de luta sua. Tem uma coerência. Você não entrou nessa porque você quis. Toda uma situação histórica está te jogando nessa direção. Se você agora ouve a voz do poder, você está traindo sua consciência. Quem te deu essa consciência foi Deus. Essa consciência você não comprou no supermercado, foi Deus que deu. Portanto, irmão, você tem um saber que não veio da

---

<sup>5</sup> Fundada em 11 de fevereiro de 1954, num contexto de mudanças na Igreja Católica, a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) tem a função de coordenar e articular a vida religiosa no Brasil.

Igreja, mas veio apesar da Igreja. O saber não veio com a Igreja, mas veio apesar da Igreja. Lembre-se, frei: a Igreja é racista. Olhe aí...” Ou seja, ele foi por aí. Conclusão: decidimos que ele estava com razão, a assessoria dele foi boa, me ajudou a sair do muro e a discernir, e criamos a estratégia de fazer o encontro.

Na véspera do encontro, foi capa do jornal *O Globo*, do *Jornal do Brasil* e todas as televisões daquele tempo, de 83. Se vocês procurarem, vocês vão encontrar nos arquivos.

V.A. – Qual o mês que foi, mais ou menos?

F.D. – Acho que foi no mês de abril. Abril ou junho, um desses dois meses, não lembro com precisão. O ano foi 83, com certeza vocês vão descobrir muito material de arquivo aí, na televisão, rádio e jornal. Foi primeira página no *Jornal do Brasil*, primeira página no jornal *O Globo* e outros jornais, rádios... Foi uma semana de dor de cabeça, porque era noite e dia televisão, rádio e jornal querendo entrevistar, querendo saber, e de repente a gente estava tendo que responder a problemas enormes, que a gente não imaginava que eram tantos problemas assim. Resumindo: foi fantástico enquanto...

V.A. – Lá no Colégio Assunção, teve lugar no Colégio Assunção mesmo?

F.D. – Foi no Colégio Assunção, apesar da proibição dele. Tivemos sorte da irmã superiora aceitar emprestar, porque ela disse: “Eu alugo a casa para qualquer grupo que vem para fazer trabalhos de justiça, de articulação, de organização, e ele nunca proibiu nenhum. E você é mais um grupo, então a partir de agora, você...” Formamos um grupo de cidadãos que queremos lutar pela justiça. Então era mais um grupo. “Se ele telefonar para cá proibindo, sim. Ao telefonar, eu vou, a partir dali, me preocupar se aceito você deixar aqui ou não. Enquanto ele não me telefona, vou continuar.” Como nós não comunicamos a ele onde íamos fazer o encontro, mantivemos o mesmo lugar, mas não comunicamos que ia ser no mesmo lugar. Deixamos em aberto para ele não perturbar a mulher lá, a freira. E foi lá.

Mas para quê, coitadinha... No dia seguinte ele chamou ela lá para uma entrevista e passou o sabão nela. Ela foi tranquila: “Olha, se o senhor tivesse me proibido, eu não teria deixado ele fazer. Mas o senhor não me proibiu. Eu não vou

antecipar uma proibição. Eu não sou autoridade. O senhor que é autoridade.” E ela então saiu-se muito bem, com muito jeitinho, um jeito muito amável que ela tinha, e engambelou o homem e conseguiu fazer acontecer.

V.A. – E por que o Dom Eugênio, então, proibiu esse encontro?

F.D. – Visão curta da questão das relações inter-raciais no Brasil. Ele é muito ingênuo, desculpe, ele é um homem de direita, ele entende a questão racial como uma questão perigosa, e a consciência do negro para ele é perigo.

V.A. – Por quê?

F.D. – Porque vai, com certeza, criar problemas. O negro vai exigir seus direitos e exigir direitos é criar problemas. É comunismo. Por isso.

V.A. – Eu estou perguntando isso para o senhor pelo seguinte: a gente tem conversado com algumas pessoas... Nenhuma experiência religiosa ainda, da hierarquia religiosa. Mas algumas pessoas que nos disseram... Por exemplo, em 78 houve, em São Paulo, uma manifestação nas escadarias do Teatro Municipal. Foi a fundação do Movimento Negro Unificado, e que lá teria havido uma ameaça de confronto com a polícia – em 78 também estamos em pleno regime militar –, mas que a polícia se manteve, as forças públicas se mantiveram ao largo, assistindo. E que a impressão que dava é que não havia um confronto direto do poder, enfim, do poder do regime militar, do poder público, da força do governo, contra o movimento negro, enquanto que o senhor está dizendo que, dentro da hierarquia católica haveria...

F.D. – O conflito existia em todos os setores, inclusive e principalmente na sociedade civil, porque em 68, o presidente da República... Quem foi em 68 o presidente da República?

V.A. – Em 68 ainda era o Costa e Silva.

F.D. – O Costa e Silva, então, fez um decreto proibindo que os jornais anunciassem notícias sobre racismo, proibindo reunião de movimento negro e reuniões que trabalhassem com a questão racial. **[procurar esse decreto e fazer nota]** Portanto, era proibido. O fato de, em 78, não ter tido confronto com a polícia foi, simplesmente, estratégia de policiais em hierarquias consideráveis, que por terem bastante aproximação com pessoas negras e talvez terem até parentes ali nas escadarias, tiveram a postura de administrar o conflito. Mas era proibido reunião de movimento negro.

V.A. – Eu não sabia disso. Em 68 o Costa e Silva editou um decreto... O senhor sabe mais ou menos quando foi isso, em que mês, foi antes do AI-5, depois do AI-5, antes de 13 de dezembro?

F.D. – Se eu não me engano, nesse *slide* do Ibase nós citamos esse decreto, o número dele e tudo. Se eu não me engano, no *slide* a gente cita o decreto.

A.P. – Interessante. Isso não apareceu, a gente não tinha conhecimento...

F.D. – Já entrevistaram quem?

A.P. – Amauri, Yedo Ferreira, Carlos Alberto Medeiros, Lúcia Xavier, Jurema Batista, Mariléa Santiago...

V.A. – Ivanir dos Santos.

F.D. – Interessante. Todo mundo da ativa. Esse decreto é importante vocês buscarem porque esse decreto é chave para entender a questão. A imprensa era proibida de citar matérias que envolvessem esses assuntos.

A.P. – E você acha que há algum resquício desse momento em 88, na Marcha...?<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> O entrevistador refere-se à Marcha contra a farsa da abolição, realizada em 11 de maio de 1988, na Candelária, no Rio de Janeiro.

F.D. – Em 88, o pano de fundo... Não sei se já apareceu para vocês aqui o pano de fundo. O que falaram para vocês de pano de fundo?

A.P. – Já apareceu.

F.D. – Qual foi o pano de fundo?

V.A. – Do Caxias não é?

A.P. – A relação com o Caxias.

F.D. – Relação de quem?

A.P. – Da sua fala no jornal, na revista *Veja*...

F.D. – Foi um pouco mais grave o negócio. Nós, essa comissão de guerreiros, de padres, seminaristas e religiosos negros, essa comissão produziu uma cartilha. O nome da cartilha era *Ouvi o clamor deste povo negro*, e foi editada pela editora Vozes. Na cartilha, nós estávamos propondo derrubar todos os falsos heróis e colocar no lugar verdadeiros heróis. E elencávamos como um dos principais falsos heróis do Brasil o Duque de Caxias. E propúnhamos, portanto, derrubar todas as estátuas do Caxias do Brasil e colocar no lugar Zumbi dos Palmares. Em 88 ainda estava muita coisa mal resolvida na sociedade brasileira, e o Exército viu isso como um atrevimento muito grande e falou: “O Frei David mora aonde? Duque de Caxias. Então é Baixada Fluminense. Quem é o bispo? Dom Mauro Morelli. Dom Mauro Morelli é um bispo ultrasquerdista, então está ali o foco do comunismo. Então vamos proibir...”<sup>7</sup> E aí então, quando souberam que eu estava participando das reuniões de articulação, organizando a marcha de 88, o Exército falou: “Eles vão é derrubar a estátua de Caxias agora, ali em frente ao batalhão.” E então foi feito o maior aparato militar no Brasil após a ditadura, para não permitir que nós passássemos em frente à estátua de Caxias. Foi uma coisa de louco, fui perseguido, o telefone foi grampeado, mas pessoalmente me

---

<sup>7</sup> Dom Mauro Morelli é bispo católico de Duque de Caxias desde 1981 e membro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

mantive muito tranquilo e, para mim, estava lutando por uma verdade, uma realidade... Além de grampear o telefone e me dizerem ameaças, não passou disso. Não foi além. Estou vivo ainda, não é? Ou é impressão minha. [riso]

De modo que 88 foi um momento fortíssimo do confronto. Acho que esse incidente da cartilha foi fundamental para dar amplitude à questão do negro no Brasil. O confronto do Exército foi fantástico para melhorar o debate ali. Eu comparo, em proporções diferentes, a eficiência do confronto... Ou melhor, o uso do confronto foi eficiente para levantar o tema do negro naquela fase. Comparo a força do incidente com a força que temos hoje com a luta das cotas. Para mim, a luta das cotas está trazendo à tona o tema do negro com muita firmeza e vigor, tal qual trouxe, em contextos e realidades diferentes, a questão dos heróis negros a partir do confronto com Duque de Caxias.

A.P. – Em 88.

F.D. – Em 88, fazendo uma comparação. Ali, deu um novo impulso para a questão do negro, e aqui, cota, novo impulso à questão do negro. A questão das cotas está mexendo os quatro cantos do Brasil com referência à questão do negro no Brasil.

V.A. – Antes de ter voltado às dúvidas que eu tinha, o senhor tinha parado justamente quando o senhor saiu de Petrópolis, expulso lá pelo bispo, e chegou em Duque de Caxias. O senhor ficou 20 anos. Quando foi isso?

F.D. – Duque de Caxias, eu acho que fui em 82, se eu não me engano. Fui em 82 para Caxias, em 83 eu já estava em Caxias.

V.A. – Em 83 foi esse encontro de religiosos...

F.D. – É, aí eu já estava na Baixada Fluminense. Eu já era um militante na Baixada Fluminense.

A.P. – Só para resolver uma dúvida aqui: Essa produção que o Ibase financiou, esses *slides*, isso foi em que ano?

F.D. – Pois é, eu acho que foi em 79, eu acho. Foi em 78, 79, por aí... o trabalho foi nessa faixa aí. Naquele tempo eu era militante do Grupo União e Consciência Negra e o acordo foi entre o Grupo União e Consciência Negra e o Ibase para a produção desses *slides*. Esses *slides* apareceram antes nos depoimentos?

V.A. – Teve um outro *slide* que apareceu, mas não foi esse. Era sobre a história da África.

A.P. – Era o audiovisual do Carlos Alberto Medeiros.

F.D. – Esse *slide* do Ibase, nós acreditamos que fizemos mais de 200 cópias para todo o Brasil. Foi algo assim marcante porque, nas comunidades ligadas à Igreja Católica e onde tinham muitos negros, nós conseguimos fazer passar muito esses *slides*. Eu acho que fiz mais de 300 projeções, só eu mesmo com a minha equipe, na Baixada Fluminense. Fizemos projeções na Central do Brasil. Em pleno horário de pico, a gente botava lá o projetor de *slides* e projetava os *slides*...

V.A. – E alguém falava sobre o assunto?

F.D. – Tinha uma gravação em fita.

V.A. – Era um audiovisual junto.

F.D. – Um audiovisual junto. Era um instrumento de trabalho, e como o povo se prendia no *slide*, com a voz saindo... E nas comunidades... Inclusive, existe uma reportagem... O SBT tinha um programa especial chamado *Documento Verdade*. Vocês se lembram disso? Não, não é? Em todo caso, no SBT existiu um programa especial chamado *Documento Verdade* e esse *Documento Verdade*, era uma hora de programa sobre temas polêmicos. E o SBT mostrava o crescimento da consciência negra no Brasil a partir do trabalho da Igreja Católica. E ele mostrava então o trabalho dos negros católicos ligados a esse movimento dos seminaristas, religiosos e padres negros. Foi uma hora de programa em rede nacional no SBT, eles têm essa fita, portanto, e um dos blocos desse

programa mostrava o meu grupo, nós trabalhando em uma favela da Baixada Fluminense projetando o *slide* e mostrava o povo fazendo pergunta... Eu acho que vocês poderiam, talvez, recuperar esse material do documentário que tem produzido. Outro documentário nessa linha também, porque nessa fase aí a gente também puxou muito a questão da...

Outra bronca que a Igreja tem contra mim é que nessa fase aí a gente decidiu questionar a Igreja por ela ser exageradamente eurocêntrica. E propúnhamos uma Igreja plural, valorizando a cultura indígena e a cultura negra. Que também fosse uma Igreja plural na sua cultura. E nós criamos, demos muita ênfase às missas afro-brasileiras: missa com tambor... Mudamos a missa de maneira assim... Só que as normas da Igreja para fazer uma missa são normas ultra rígidas. Até a posição do dedo, posição da mão, tudo é definido em normas rígidas. Quebramos tudo isso. Tiramos o piano e botamos atabaques, tiramos a toalha branca e botamos toalha colorida, o padre tirou a roupa branca e botou roupa colorida... Foi uma mudança radical.

V.A. – Isso tudo na Baixada?

F.D. – Baixada e em vários lugares do Brasil, para onde íamos. Porque nesses 20 anos, a gente como padre oficial de uma paróquia, fazia 10% de trabalho na paróquia como padre e 90% a gente ia pelo Brasil afora trabalhando a questão do negro. Foi a minha proposta. Eu me tornei padre para colocar a estrutura da Igreja a serviço do negro. Foi essa a minha estratégia, foi essa e está sendo ainda essa a minha estratégia. Me tornei padre para colocar a estrutura da Igreja a serviço do negro. Essa rede de pré-vestibular comunitário que nós criamos no Brasil, ligada ou não à Igreja, o despertar do ingresso do negro na universidade aconteceu porque a gente botou, radicalmente, a estrutura da Igreja para esse serviço. Então, os núcleos de pré-vestibular nasciam nas igrejas, nos salões das igrejas e a coisa ia pegando fogo por aí. Então foi todo um roteiro que pegou muito por aí, de modo que existe também um...

[FINAL DA FITA 1-B]

A.P. – ... A primeira identificação, que a gente encontrou, de financiamento a projetos do movimento negro tinha sido exatamente pelo Ibase, proposto pelo Betinho, um



projeto sobre a Frente Negra em 1983. E eu estou vendo esses *slides*, que foram produzidos com o apoio do Ibase em 1979, ou seja, anteriores. Achei interessante. E você estava falando que teria a ver com a consciência racial do Betinho, que já era anterior...

F.D. – Esse *slide* foi... é por aí, sim. Agora, daria para procurar com mais detalhes essas datas porque a questão da data é fundamental conferir depois. Agora, com sua fala, eu não estou tão convicto se foi em 79 mesmo, não. É bom depois averiguar a questão das datas. Mas o Betinho realmente foi alguém chave, ele tinha uma consciência racial muito madura e ele criou uma equipe de pessoas negras, ele fez um financiamento... Uma das linhas de financiamento do Ibase foi para um projeto voltado para a questão da negritude. E ele contratou uma universitária recém-formada chamada Vânia Santana, vocês já entrevistaram?

V.A. – Não.

F.D. – Seria fundamental entrevistá-la. Ela é alguém que faz parte dessa história aí e continua ativa, bem ativa. Vânia Santana. Devo ter o telefone dela aí. Ela foi a coordenadora desse projeto no Ibase. Ela tem esses dados com precisão, tem esses *slides*; se não tem na casa dela, ela vai conseguir fácil esses *slides* para vocês. E também nesse período aí, vamos voltar lá para 86, saiu uma produção também... Nós, em 85, conseguimos convencer a editora Vozes a criar uma coleção chamada Negros em Liberdade. Vocês conhecem essa coleção? Ouviram falar dessa coleção?

V.A. – Sim.

F.D. – Essa coleção lançou, se não me engano, oito volumes diferentes de livros. Era uma coleção muito solta no sentido estratégico, porque a gente queria lançar ali livros e cartilhas. Queria produzir para o segmento universitário e para o segmento popular, na coleção Negros em Liberdade. E um dos trabalhos que lançamos nessa coleção foi um trabalho do Ibase chamado *Negros no Brasil: dados da realidade*. E se eu não me engano, esse material saiu em 88 ou 89, não tenho certeza, não. Mas quem coordenou também esse material foi a Vânia, que transformou em uma cartilha muito bem

elaborada, que foi outro marco na luta da comunidade negra mais popular do que... Me parece que a comunidade negra mais popular religiosa, católica, usava mais esses matérias estratégicos. Os demais segmentos, me parece, não estavam muito por aí não. Esse método de tentar atingir o povo usando a tecnologia, me parece que, de maneira volumosa, era mais usado pelos negros católicos. Aí, em sintonia com o Ibase... O Consciência Negra foi um grupo católico, depois rachou com a Igreja Católica.

V.A. – O Grucon?

F.D. – O Grucon.

V.A. – Como é que foi? O senhor acompanhou esse racha?

F.D. – Um pouquinho.

V.A. – O senhor fazia parte do Grucon?

F.D. – Eu fazia parte do Grucon. Ele nasceu, e o racha foi, se eu não me engano, em... a data exata eu não lembro, mas vamos botar que o racha tenha sido em 81. O racha aconteceu por quê? Porque um grupo de pessoas negras que passou a ter... Fizemos vários seminários sobre o negro no Brasil e com gastos financeiros da CNBB. É bom também trabalhar essa questão aí: eu acho que o primeiro financiamento mesmo para a comunidade negra foi da CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. A CNBB financiou grandes assembleias do Grucon. O objetivo era criar um grupo de negros católicos que trabalhasse com qualidade a questão do negro no Brasil. E, ao nascer esse grupo de negros católicos, trouxemos junto para esse grupo pessoas não-católicas, pessoas que eram militantes de esquerda de maneira bem convicta, que trouxemos para essas reuniões também. E esses grupos de negros de esquerda que não tinham referencial católico e outros católicos que tinham grande conhecimento histórico da Igreja no Brasil e no mundo, nas primeiras reuniões desceram um volume imenso de críticas à Igreja, dizendo que ela não tinha autoridade para trabalhar com o tema do negro porque ela foi a maior escravagista do Brasil e do mundo, e que não aceitavam a Igreja botando negros em cabresto e ensinando o negro a lutar por seus direitos; porque

essa Igreja foi violenta, escravizou o negro, viveu da escravidão, beneficiou-se da escravidão e, portanto, não admitiam que a Igreja criasse uma pastoral do negro. E em uma das grandes reuniões do Consciência Negra, em que estávamos discutindo o rumo do trabalho, nós negros católicos queríamos usar como estratégia botar a Igreja a serviço da causa, e esses negros não-católicos e outros católicos não admitiam essa estratégia e queriam que todos os negros trabalhassem a defesa do negro fora da Igreja.

E aí houve uma votação se deveria ser pastoral do negro ou se deveria ser um grupo independente. E na votação ganhou ser um grupo independente, por pouquíssimos votos. E aí, o pessoal que era negro e tinha consciência que não podia deixar a Igreja Católica fora, ela tinha que suar a camisa para lutar pelo negro – se a Igreja Católica contribuiu com o mal-estar da escravidão, ela tem que hoje contribuir com a libertação... Era nossa estratégia. Só que negros com visão radical e não discutindo estratégia quebraram isso aí. Então saiu fora do Consciência Negra, e nós que tínhamos consciência que tinha que continuar isso, retomamos o trabalho com o nome de Agentes de Pastoral Negros.

Então mais uma vez, demorou alguns anos, estourou o mesmo conflito. E mais uma vez, outro racha. Ficou os APNs, como um grupo civil, e aí a gente decidiu radicalizar. A gente sempre trabalhou de maneira mais estratégica, tendo um nome mais aberto, para acolher qualquer negro que quisesse participar com a gente, só que o pessoal vinha e mais uma vez a discussão pegava um rumo de radicalismo e não entendiam que a questão do negro é estratégica. Não entendiam isso: deixar branco de fora dessa luta é punir o negro duas vezes. Primeiro, não fomos nós que fizemos essa bobagem de botar a escravidão no Brasil, não fomos nós. Não fomos nós que enriquecemos com a escravidão no Brasil. Portanto, querer deixar o branco de fora da mudança dessa realidade é ingenuidade nossa. Portanto, o branco tem que suar a camisa, tem que investir sim nessa causa. Foi essa a estratégia e continua sendo até hoje de quem continua na Igreja Católica.

E aí então ficou, por um lado, os APNs e, por outro lado, nasceu a Pastoral do Negro.

V.A. – Então os Agentes da Pastoral do Negro não são a mesma coisa que a Pastoral do Negro?

F.D. – Não é não.

V.A. – Então o senhor me explica, por favor.

F.D. – Ou seja, Agentes de Pastoral Negros é um grupo social a-religioso...

V.A. – A-religioso, mas tem esse nome de pastoral?

F.D. – Desculpe, é plurirreligioso. Ele é não-católico, é plurirreligioso – tem de tudo –, só que a maioria das pessoas é católica. Só que são pessoas que têm uma visão radical, e fazer o quê?

V.A. – E hoje em dia quem faz parte das duas, dos APNs e da Pastoral do Negro?

F.D. – Como assim, quem faz? Várias pessoas fazem parte. Tem coordenações nacionais, coordenações regionais. **[Amílcar, não ficou muito clara a diferença entre os APNs e a Pastoral do Negro. Você consegue fazer uma pesquisa para esclarecer e colocar em nota as diferenças ou similitudes?]**

A.P. – A Pastoral do Negro também tem coordenação nacional?

F.D. – Também. Sobre a Pastoral do Negro, vocês poderiam falar com o padre Jurandir na CNBB Brasília. Ele vem ao Rio, volta e meia ele está no Rio de Janeiro. Poderiam procurar o padre Jurandir, que participou dessa história toda aí também.

V.A. – E o senhor então saiu, o senhor não participa da Pastoral do Negro?

F.D. – Em 83 decidimos investir de maneira radical na questão do ingresso na universidade. Vimos que era a melhor estratégia. Avaliando a questão das pastorais, eles estavam muito presos a trabalhar o negro dentro da Igreja Católica, discutir a questão do negro na Igreja Católica. E para mim o ponto número um, a meta número um era o negro na universidade. O que ia mudar o Brasil, para mim, era o negro na universidade e não na Igreja Católica, ou onde for que seja. Era na universidade. E eles tinham isso

como prioridade, mas com um grau de investimento não grande. Eu disse: “Minha vida é esta: universidade. Quero dedicar a minha vida ao negro na universidade.”

V.A. – Por quê?

F.D. – Porque conclui que... Porque minha família muito pobre, caiu na pobreza muito grande com a história da minha família, fomos morar em uma favela, numa região muito pobre...

V.A. – Em Vila Velha?

F.D. – Em Vila Velha. Não tínhamos água, não tínhamos luz, não tinha banheiro, não tinha nada, uma casa de miséria total. E assim vivia meu povo. A maioria era negra nessa realidade em que eu vivia. E via a minha mãe que repetia constantemente uma frase: que filho dela, nem que ela ficasse noite e dia lavando roupa e passando roupa, filho dela jamais podia ficar um dia sem estudar. Que o estudo que ia dar dignidade aos filhos dela.” E assim ela fez. Essa mulher, lavando roupa, conseguiu que todos os filhos dela fizessem faculdade.

V.A. – Os sete?

F.D. – Todos eles fizessem faculdade. E todos eles estão formados e todos eles são classe média hoje. Um dos meus irmãos é juiz. É dono de... Aqui no Rio de Janeiro, vocês conhecem, ali na Praça Tiradentes, na esquina estão sendo construídos dois hotéis. Vocês chegaram a ver?

A.P. – Sei, eu estudei ali no IFCS, do lado.

F.D. – Aqueles dois hotéis são de um *pool* de proprietários, entre eles o meu irmão. Ou seja, era favelado. Não tinha nem água encanada, não tinha luz. E o fato da estratégia traçada pela minha mãe, de que a faculdade era instrumento de libertação e de mobilização social, essa estratégia eu assimilei com garra: “Se eu agora descobri minha

negritude e se eu fiz faculdade, e se minha mãe me ajudou, eu quero agora colocar a estratégia dela em prática em uma macro realidade.” E está dando certo.

V.A. – Então conte para a gente um pouquinho desse início do pré-vestibular.

F.D. – O pré-vestibular nasceu a partir de uma reunião que fizemos lá em São João de Meriti, na paróquia dos franciscanos, com a juventude franciscana da paróquia. E descobrimos que de cada cem jovens apenas um tinha proposta de fazer uma faculdade. Os demais todos estavam já adaptados em ser mão-de-obra barata.

V.A. – De cada cem, apenas um?

F.D. – De cada cem, apenas um. Isso me deixou muito quebrado, e aí comecei a discutir a questão do negro dentro da Pastoral do Negro, dentro do Consciência Negra... Ou seja, em todo grupo de que eu participava, eu levantava a questão do negro na universidade. E a gente foi e fez nascer em 89... Tivemos uma reunião em São Paulo em 89 com um grupo de negros católicos, e um dos temas centrais foi isso aí: a exclusão do negro da universidade. Existia lá em São Paulo o padre Batista, um padre negro muito guerreiro, e aí marcou-se uma reunião com o cardeal dom Paulo Evaristo Arns. Objetivo: propor ao cardeal que ele, que era o chanceler da PUC em São Paulo, determinasse cem bolsas, 200 bolsas, sei lá... um número de bolsas, para negros do Brasil inteiro que estivessem trabalhando e lutando em prol da consciência negra. Então seriam bolsas destinadas para pessoas negras que lutam pela causa. Essa era a proposta.

O cardeal topou o desafio e mandou um bilhete para o reitor para ele estudar e colocar em prática essa proposta. O reitor, de maneira muito violenta, muito racista, disse não, porque aquilo era racismo. Não admitia que a PUC fosse usada para atos racistas. E, portanto, o homem não botou em prática a proposta do cardeal dom Paulo Evaristo Arns. Este fato me fez buscar estratégias. Eu disse: “Bom, se aqui a está breçada pelo reitor, se o reitor teve o poder de breçar a fala de um cardeal, vamos buscar outro caminho.” Então, no Rio de Janeiro, vamos tentar fazer nascer um pré-vestibular para ajudar o povo a entrar nas faculdades públicas e vamos tentar convencer pessoas para ajudar a gente cedendo bolsas em universidades particulares, como a PUC-Rio, mas em hora nenhuma usar o nome negro, vamos falar carente, usar o nome carente. O

pré-vestibular, vamos radicalizar: vamos fazer Pré-Vestibular para Negros. O acordo de bolsa, vamos fazer uma estratégia: bolsa para pobre.

E aí começamos a discutir a questão do pré-vestibular e percebemos que não conseguíamos montar a equipe de professores. A proposta era: só professores negros e só para alunos negros. Em 89 começou essa discussão na Baixada Fluminense, a partir dessa primeira reunião em São Paulo. E aí então a coisa ia pegando fogo em 89, 90, 91... e não nascia esse pré-vestibular. Por que não nascia? Porque descobrimos que não existiam negros na nossa região preparados em universidades para serem professores no pré-vestibular. E queríamos fazer um pré-vestibular só com professores negros, e não existiam essas pessoas disponíveis. A nossa realidade na Baixada Fluminense não tinha negros preparados na universidade para dar um pré-vestibular.

E isso nos levou a um trauma, a grandes discussões, e aí então em 92 decidimos abrir, aceitar qualquer um que quisesse ser professor. E iríamos ter só alunos negros.

V.A. – Isso em 92?

F.D. – É.

V.A. – Por que inicialmente a decisão era que só fossem professores negros?

F.D. – Porque nós queríamos que fosse um grupo para radicalizar a consciência negra no Brasil. Radicalizar mesmo, porque a gente estava achando que estava muito lenta a questão da consciência negra. O despertar do povo estava lento demais. Nós queríamos radicalizar para criar tumulto, para criar fatos, para balançar mesmo. E realmente criou. A primeira vez que a gente anunciou esse pré-vestibular para negros...

V.A. – Não, eu digo: só os professores. Por que tinha que ser inicialmente...?

F.D. – Para radicalizar. Em sala de aula a gente queria que eles trabalhassem matemática com visão racial, trabalhassem geografia com visão racial, trabalhassem português com visão racial, textos raciais. O cara de matemática: “Na África foi construída uma estrada passando, tangenciando...” Ou seja, tudo ia ser no contexto Paulo Freire, a partir do contexto africano, a partir do contexto afro-brasileiro. A

proposta não foi para frente por vários problemas, entre eles esse aí, e alguns professores brancos que estavam se propondo não aceitaram porque falaram que era radicalismo. Não quiseram contribuir. E aí então, a gente foi e retrabalhou, mantendo para alunos negros, mas acolhendo qualquer professor voluntário. E aí começaram a aparecer alguns professores brancos e negros para ajudar, e montamos em 93 a primeira turma. Em 93 então, a primeira turma montada, o título era Pré-Vestibular para Negros, mas tinha mais ou menos, vamos botar aí uns 30% de brancos no pré-vestibular entre alunos. A gente radicalizou no nome mas deixou mais *light* na composição.

E aí estourou uma revolução dentro desse pré-vestibular: professores e alunos brancos e negros não conscientes falaram: “Ou vocês tiram o nome negro ou nós professores vamos embora daqui.” Foi um vai e vem, reuniões e mais reuniões, faz não faz, e com muita estratégia conseguimos convencê-los a não tirar o nome negro, mas botar um outro nome, incluir o nome carente. Aí ficou...

V.A. – Porque inicialmente era só Pré-Vestibular para Negros?

F.D. – Para Negros. Aí na segunda etapa ficou Pré-Vestibular para Negros e Carentes. O trabalho foi adiante, a palavra carente amorteceu os conflitos e a própria sociedade começou a acolher mais a ideia, a imprensa começou a acolher mais a ideia. Ou seja, a coisa começou a andar com mais desenvoltura, não tendo grandes barreiras como tinha na primeira etapa. E o trabalho pegou pique e nesse ínterim conseguimos um acordo com a PUC-Rio para bolsas para pobres. Ali tiramos a palavra negro: pobre. A PUC então aceitou o acordo e aí, a partir dali, no discurso para o povo a gente dizia “para negros”, mas no discurso para a PUC a gente dizia “para pobres”. E conseguimos com isso, ao longo desses 11 anos, colocar mais de 700 pessoas na PUC fazendo faculdade com bolsa de estudo, com 100% de bolsa de estudo. Você conhece alguns alunos que se formaram na PUC?

A.P. – A gente conheceu... Inclusive, uma colega de faculdade fez uma pesquisa sobre o PVNC, a Carla Ramos, trabalhou no PVNC de São João de Meriti mesmo, e fez uma pesquisa. Então, a gente conversava muito sobre isso. **[nota: referências bibliográficas da pesquisa de Carla Ramos]**



F.D. – Você estudou na PUC também?

A.P. – Estudei na UFRJ.

F.D. – E ela era aluna da...

A.P. – Aluna da UFRJ, mas fez uma pesquisa na UFRJ sobre...

F.D. – Você tem contato com ela ainda?

A.P. – Tenho.

F.D. – Ótimo. Passa o e-mail...

A.P. – Ela está no mestrado agora.

F.D. – Passa o meu e-mail para ela para a gente voltar a fazer contato então. Bom, aí então o trabalho continuou, os núcleos foram crescendo e em 95 já eram mais de 34 núcleos, por aí assim. Em 95 já era um movimento grande. E aí estourou um outro conflito. O conflito foi que só se aceitava que os alunos do PVNC prestassem vestibular para universidades públicas, e não se aceitava mais faculdades particulares porque achavam que a universidade era do povo e, portanto, não poderia ter acordo de bolsa. Isso porque, na prática, a disputa era muito injusta, grande número dos aprovados dos pré-vestibulares ia para a PUC e não era das federais, das públicas. E aí puxou-se essa discussão e isso pegou fogo, deu grande quebra-pau...

V.A. – Não entendi. Não havia uma quantidade x de bolsas na PUC?

F.D. – Na PUC era aberto: todos que passassem tinham bolsa imediatamente. E entre os que passavam na PUC e os que estavam passando nas públicas, o número de aprovados na PUC era bem maior. E o número das públicas, bem menor. Então algumas lideranças começaram a dizer que o projeto estava se desvirtuando porque estava colocando a maioria dos alunos nas particulares e não nas públicas. E eu cansei de falar: “Gente, isso

é uma visão errada de vocês porque vocês têm que lembrar que a PUC é uma faculdade filantrópica, ou seja, não paga impostos. E esse imposto não pago tem que investir no pobre.” Só que até então, por não ter pobre disputando PUC, a PUC investia no classe média em crise financeira. O classe média entrou na PUC pagando, seis meses depois o pai ficava desempregado e batia na porta da PUC pedindo bolsa. A PUC dava bolsa porque não tinha ninguém para dar bolsa, dava para eles, classe média. E que, portanto, a nossa proposta era a PUC, faculdade de excelência, ser um espaço estratégico para o pobre entrar e mudar suas vidas. Mas um grupo grande não aceitava. E me expulsaram do PVNC dizendo que eu era uma pessoa anti-universidades públicas e que meu método era querer botar o pessoal nas particulares. E brigas normais políticas, tinha vários grupos políticos dentro do PVNC, era um movimento muito aberto, a gente trabalhava de maneira muito aberta. Era plurirreligioso, apesar de estar ligado a nós católicos, nós que fazíamos... Ou seja, a crise do Consciência Negra, a crise dos APNs estourou no PVNC. A sede era na igreja de São João de Meriti, as pessoas que mais jogavam para o trabalho acontecer eram padres, freiras, pessoas ligadas à Igreja Católica, mas outras lideranças não-católicas vinham do Rio, e todas as reuniões eram grandes “quebra-paus”.

E aí a gente avaliou: “Puxa vida, o gasto de energia que perdemos com essas brigas é tão grande. E podíamos estar aplicando isso para inclusão do nosso povo na universidade.” E decidimos então radicalizar, a gente falou: “Pessoal, vamos fazer o seguinte: criar duas entidades. Mantém PVNC, todos nós somos PVNC, só que eu não abro mão da estratégia de botar quem quer entrar, na PUC e em outras particulares que deem bolsa. Então eu proponho: todos nós somos PVNC e aqueles que querem bolsa em particulares, também, vão então fazer pedido de inscrição na Educafro. A Educafro vai ser uma entidade ligada, vamos criar a Educafro só para cuidar de bolsas de estudo. E portanto a gente tem as duas coisas. Vocês, PVNC, estão livres de bolsas de estudo, PVNC continua só com públicas, mas eu não quero jogar no lixo essa grande estratégia. Então, qualquer aluno de PVNC ou de qualquer outra entidade da sociedade brasileira pode disputar bolsa na PUC, basta ser negro e pobre.” Aí eles acharam que era uma maneira boa e aceitaram. E eu continuei no PVNC e fundei a Educafro para poder atender... A meta era essa: só atender bolsas de estudo. Então nós íamos nas reuniões do PVNC normalmente, como um dos fundadores, como um dos articuladores, e fundei a reunião da Educafro. E era só universitário. Reunia 800 universitários no Rio de Janeiro,

era uma coisa fantástica, era um movimento incrível. Vale a pena recuperar algumas fotos daquelas reuniões, fotos, imagens...

V.A. – O senhor tem?

F.D. – Eu sou super relaxado para história. Eu falo que tem, mas onde é que está? Eu falo: “Está nas redações dos jornais.” [riso] Terá que ir nas redações dos jornais para ter essas fotos. E que eu saiba deve dar mais de 200 fotos nos jornais.

V.A. – Agora, me diz uma coisa: quem continuou no PVNC? Como é que você podia impedir o aluno do PVNC de se inscrever no vestibular da PUC?

F.D. – Eles impediam, o PVNC impedia. Antes da fundação da Educafro, seis núcleos proibiram seus alunos de se inscrever na PUC. Então: “Aluno do meu núcleo só pode se inscrever nas públicas.” Então, frente a esse contexto, chovendo aluno batendo na porta: “Frei, me ajuda, eu quero disputar a PUC porque eu sei que na PUC eu passo, na pública eu não passo. Eu vou fazer todas, frei, mas eu vou ficar na que eu passar.” Eu dizia: “Meu irmão, isso é um direito seu. Só que você pertence àquele núcleo e é norma minha só atender e encaminhar para a PUC quem a coordenação autorizar. Então você sai do núcleo e vai para um núcleo que autorize.” Aí era uma debandada de alunos para outros núcleos e criou...

V.A. – O argumento exatamente era qual?

F.D. – Era que o aluno do pré-vestibular comunitário deve lutar pelas públicas porque a pública é nossa. Entendeu? Como é que você entendeu?

A.P. – Entendi isso. Que a pública é da população...

F.D. – E qual era o meu discurso? “Olha, gente, a pública é nossa. Não abro mão da pública. Só que vocês têm que lembrar que 20% das particulares também são nossas, são filantrópicas. Elas são obrigadas a investir 20% em bolsas de estudo. Não estão fazendo por culpa nossa, por omissão nossa. Então vamos buscar essa nossa parte lá.”

Contra. Perdi em votação. Houve uma votação no PVNC e eu perdi. Eu disse: “Perdi, respeito a votação. Então a partir de hoje o PVNC não mais discute bolsa e eu vou fundar a Educafro só para trabalhar com bolsas de estudo.” E fundei.

O meu estilo foi sempre assim. Eu discuto até onde der para discutir. Mas quando o pessoal não entende, eu respeito a não compreensão e procuro soluções. Antes dessa discussão houve outra discussão em 94. Olha que loucura...

V.A. – Deixa só eu interromper: essa foi quando?

F.D. – Foi em 95, 96, essa aqui. Em 94 houve outra discussão perigosa, complicada, doentia. Era a seguinte: eu caí na besteira – acho que não foi besteira não – de propor em uma assembléia nossa do PVNC, que abrissemos um processo contra a UERJ, a UFRJ, a Unirio e a UFF. Por quê? Porque a Constituição falava: “É proibido qualquer discriminação, inclusive econômica.” Eu provei para eles que essas quatro universidades estavam discriminando os pobres porque eles não tinham dinheiro para pagar a taxa do vestibular. E não podiam fazer o vestibular, estavam sendo discriminados, e que abrissemos um processo. Meu Deus do céu, para que eu falei isso? “Essa proposta de abrir processo contra as faculdades públicas é a estratégia do Frei, de destruir a universidade pública. A universidade pública é nossa. Abrir processo vai desmoralizar a universidade pública. O Frei quer é dar ênfase à particular que é a PUC.” Então o pessoalzinho que tinha uma bronca de Igreja... Tudo o que o frei David falava – o frei David é a Igreja – então não presta. Se o frei David é a Igreja, o que ele fala não presta. A Igreja não prestava para eles. Era um grupo de pessoas anti-Igreja, anticlericais mesmo. Era assim uma coisa doentia quase. Eu disse: “Mas gente, vocês estão falando a maior besteira. Se nós abirmos processo contra as públicas, nós vamos triplicar ou quadruplicar o ingresso do pobre nas públicas. É justamente o contrário do que vocês estão fazendo.” “Não...” Votação: perdi. Perdi por 48 a 52, coisa assim. “Ok. A partir de hoje assumo com vocês, enquanto PVNC, nunca mais lutar por processo contra as universidades públicas. No entanto, eu quero lembrar a vocês que além de ter a identidade de PVNC, eu tenho a identidade de ser cidadão brasileiro. Vocês não podem me privar de, como cidadão, eu ir lá na Justiça abrir um processo. Eu, frei David, com meu CNPJ – desculpe: com meu CPF –, abrir um processo contra as faculdades públicas.” E fui. Como cidadão abri o processo. Ganhamos o processo e aí todo aluno

de PVNC, individualmente, contra a vontade do PVNC, foi entrar, disputar as isenções nesse processo. E aí o pessoal: “Está vindo, ele está furando a proposta. Ele é furador de proposta, é antidemocrático...” Esse papo de esquerda que sempre faz confusões demais, muitas vezes erra, muitas vezes acerta. E com isso então... Com o passar do tempo a gente convenceu que eles erraram na estratégia e passaram a aceitar luta de processo jurídico contra as faculdades públicas. Hoje eles lutam também.

V.A. – Mas a PUC não? Hoje em dia?

F.D. – E aí o que aconteceu? Aconteceu o seguinte: eu, frei David, era PVNC e eu, frei David, ao mesmo tempo coordenava outra entidade, que tinha como missão potencializar o ingresso de negros e pobres em universidades particulares filantrópicas. Tirando das faculdades o domínio das bolsas e botando nas mãos do pobre.

V.A. – Quando é que fundou a Educafro, foi em 96?

F.D. – Em 97, por aí, 97. E aí então, a estratégia deu certo. Só que o povo que vinha para participar da Educafro não queria participar do PVNC. Houve um grande esvaziamento das reuniões do PVNC. Reunião que tinha 400 pessoas passou a ter 40, 30, 50 pessoas. E a multidão toda passou a ir para a Educafro. E aí essa multidão então, começou a exigir que a Educafro também tivesse pré-vestibular. Eu disse: “Não. Nossa meta não é... Pré-vestibular é PVNC. Nós somos PVNC e trabalhamos também com...” Aí as pessoas me questionaram porque eu mesmo não estava mais indo às reuniões do PVNC, como é que eu dizia que era PVNC? Eu disse: “É, vocês têm razão. Realmente está faltando coerência de minha parte.” Aí convocamos uma reunião do pessoal que vinha nas reuniões da Educafro e colocamos a questão. Botamos em votação: 99% foi a favor de a Educafro ser uma entidade que também tivesse pré-vestibulares. E passamos a ter pré-vestibular também. Isso em 98, se eu não me engano. Em 97 fundamos e em 98 mudamos, se eu não me engano. Introduzimos então pré-vestibular também na Educafro e grande parte dos núcleos do PVNC transformou-se em Educafro. Agora, no ano 2002, o PVNC percebeu que...

[FINAL DA FITA 2 – A]

2ª Entrevista: 12.07.2004

V.A. – Então Frei David, nós ficamos dois meses sem nos ver desde a última vez que tivemos a nossa entrevista; e queríamos conversar hoje, especificamente sobre o funcionamento da Educafro. Como funciona a criação de núcleos? Mesmo em São Paulo e no Rio, talvez o senhor pudesse falar um pouquinho das diferenças... porque nós vimos em um dos textos, até de sua autoria, sobre a Educafro, o senhor fala de reuniões periódicas, apostilas, as pontuações dos núcleos, que tem um código verde, um vermelho e um amarelo, a gente queria entender um pouco isso aqui... aula de cultura e cidadania... entender como que se forma um núcleo, como que é o funcionamento em si, o cerne...

F.D. – O trabalho, portanto, é desafiante porque você está com um grupo de pessoas que, ao longo de história, foi proibido de sonhar. E sonhar com uma das coisas mais caras e nobres de uma sociedade organizada, que é o saber. O saber a partir do terceiro grau, o ensino superior. Feito isso, a Educafro trabalha nesse veio e entendendo que o povo quer vencer, por um lado. Por outro lado, tem muita gente querendo ajudar o povo a vencer. Então, o projeto Educafro, e não mais, não só o projeto Educafro, o movimento de pré-vestibular que surge nessa época aí, ele traz à tona alguns paradigmas; desfazendo antigos e trazendo paradigmas, propostas novas. Por exemplo: o trabalho voluntário. Então se vê que é grande o número de voluntários que se dedicam com garra nessa causa. Isso então define um pouco a definição do trabalho. Cada núcleo tem, em média, seis coordenadores voluntários e dez professores voluntários. Esse núcleo, portanto, tem uma reunião do núcleo, reunião da coordenação; tem reunião com professores do núcleo, e tem reunião das três dimensões: professores, coordenadores e alunos. Tipo uma mini reunião geral do núcleo. É uma primeira instância.

A segunda instância é a reunião de coordenadores. Ou seja, toda sexta-feira à noite tanto no Rio como em São Paulo, tem reunião de coordenadores ou representantes dos núcleos. E eles então se encontram, em média de sete às nove, duas horas, para avaliar os passos dados, ver os próximos desafios; como otimizar a vitória dos alunos; como ampliar a luta por políticas públicas; como ampliar as parcerias com faculdades particulares; como exigir das públicas maior compromisso com o público... Então, essas

são algumas das pautas comuns dessas reuniões. Tem a equipe técnica, que são funcionários. Aqui no Rio são quatro funcionários e em São Paulo são oito funcionários na equipe técnica. E tem a diretoria, que são os frades que ajudam a administrar o trabalho, a traçar as estratégias.

O dado rico é que uma das normas do projeto é que deve cada núcleo ter, com a mesma carga horária de química, física, inglês, biologia, etc. deve ter aulas de cultura e cidadania. Então, a aula de cultura e cidadania passa a ser o espaço que dá o rumo para o projeto, e que qualifica o aluno para além do pré-vestibular. Então o projeto passou a ser um instrumento poderosíssimo de discutir e aprofundar a questão racial, a questão da autoestima, a questão das ações afirmativas... Esse grupo de pessoas, militantes desse espaço, se transformou, no contexto do Brasil hoje, os protagonistas das lutas pelas cotas e das ações afirmativas.

V.A. – Esse grupo de cultura e cidadania?

F.D. – Não, esse grupo. Quem é esse grupo? Alunos, professores e coordenadores.

V.A. – Da Educafro em geral?

F.D. – Em geral. E com certeza também, com a participação de vários movimentos da sociedade, e de vários outros pré-vestibulares também. Agora mesmo em Brasília houve um grande ato da comunidade lutando por ação afirmativa e cotas, e tivemos várias outras entidades e pré-vestibulares firmes nessa luta.

V.A. – Quantos núcleos nós temos da Educafro no Rio e São Paulo? Só em Rio e São Paulo por enquanto?

F.D. – Nós temos Rio e São Paulo. Decidimos focalizar nessas duas áreas. E nas demais áreas, mesmo os que nasceram com o nome de Educafro, a gente está ajudando eles a definir novos nomes. Porque a gente concluiu que não dá, não temos pernas para tanta coisa. Então, no Rio Grande do Sul por exemplo, o que nasceu a gente já conseguiu convencer de nascer com o nome de Pré-Vestibular Zumbi dos Palmares. No Espírito Santo, a experiência que nasceu lá tem um grupo que se chama Universidade para todos

e outro grupo que se chama Educafro. Também já estão procurando dar um nome mais apropriado, porque as nossas normas de Educafro são rígidas e a gente quer controlar bem nesse eixo Rio - São Paulo, com boa administração.

V.A. – Rígidas em que sentido? Para a gente entender um pouquinho mais.

F.D. – Dá para dar uma paradinha?

V.A. – Claro.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

V.A. – Sim. O senhor estava dizendo que nesses outros lugares, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, procura-se dar agora outros nomes...

F.D. – Piauí, Maranhão...

V.A. – Para não ficar muito vinculado a Educafro, porque há normas rígidas. Essas normas rígidas é que eu queria entender um pouquinho.

F.D. – Então vem o código que você cobrou antes, ou seja, nós criamos vários métodos para o trabalho ter qualidade e ter eficiência, e resultados para o aluno, que é a questão da inclusão. Então cada núcleo inicia com o código verde, e se ele mantém a qualidade dos serviços, ele mantém o código verde. Se ele começa a ter uma qualidade prejudicada, ele cai para o código amarelo, e se ele chega a níveis não-aceitáveis, ele vai para o código vermelho. Aí o núcleo, nas reuniões de sextas-feiras, se é divulgado o código de cada núcleo e eles fazem os esforços para estarem sempre no verde. E isso foi muito positivo porque você viu o povo se organizando na base e discutir qualidade. Não pode olhar o movimento popular, que é um movimento que trabalha a partir de voluntários, como o do Educafro... a visão de voluntário quase se opunha a visão de profissional. E discutimos e amadurecemos nova compreensão dizendo que: “É o contrário. Os voluntários são pessoas conscientes, e que percebem que o mundo está indo para o descaminho, para o desserviço, e ele então quer superar o profissional, o



pago, e ir além.” Então o voluntário é aquele que quer ir além. Então ele tem como missão ser melhor que o pago. E essa mentalidade está pegando no projeto.

V.A. – E como é feita essa avaliação se o núcleo é verde, amarelo ou vermelho?

F.D. – Pena, eu não sei se eu trouxe para vocês os formulários... Mas, por exemplo, tem um formulário com dez itens. Um item: o núcleo, enquanto núcleo, participou de tantos eventos de luta por justiça. Os eventos mínimos definidos naquele semestre foram, vamos dizer, dez eventos. O núcleo que participou de todos os dez, naquele item ele continua com a pontuação cem. Se ele participou só de cinco, cai para pontuação cinquenta no item de luta por cidadania, luta por justiça social. Se ele participou só de um, ele tem só dez pontos naquele item. Um outro ponto: o núcleo trabalhou para que todos os alunos fizessem orientação vocacional e não fossem prestar o vestibular para a faculdade só por prestar, sem ter qualidade, sem ter conhecimento do que ele quer na vida. Então, se fez orientação vocacional tem pontuação cem naquele item. Se ele não fez, varia a pontuação em função da inserção dele na causa. Um outro caso: o núcleo investe no trabalho comunitário dos seus ex-alunos e agora universitários. Tem pontuação boa. Se não faz... e assim vai.

Portanto, tem o quadro de avaliação do núcleo e tem um outro quadro de avaliação do aluno. Quem preenche a avaliação do núcleo é o próprio núcleo. Ele se auto avalia. O que ganhou em qualidade. A primeira etapa, a avaliação era feita pela equipe técnica, e o que percebeu-se bastante problemas porque o núcleo só ia se preocupar como é que estava indo, quando chegava a avaliação escrita. Mudando o método, jogando a tarefa para o próprio núcleo se auto avaliar e a equipe técnica somente corrigir, o núcleo então passou a estar se avaliando no dia-a-dia, toda semana praticamente. E o núcleo sabe que se ele avaliar de maneira desonesta vai ser detectado, e vai ser pior para o núcleo. Isso ganhou muito em qualidade, quando avaliação passou a ser feita pelo próprio núcleo. A mesma coisa o aluno, o aluno ao entrar no núcleo recebe uma ficha chamada de *prova prática de cidadania*, o nome da ficha. Então ali tem: você, aluno, participou de tantos atos... de um ato, de dez atos, ou seja, de acordo com o ato o próprio aluno dá a nota para ele.

Ou seja, isso criou uma consciência de participação, e de que o projeto não é só botar o cara na faculdade, que ganhou em muita qualidade. Essa qualidade você

controla bem, com bastante firmeza, aonde temos estrutura para fazermos esse trabalho, que é Rio-São Paulo. Em outros lugares não temos a mínima estrutura, a gente então decidiu não levar para lá essa metodologia e sim, apenas levar para lá a intuição. E aí volta à tona aquele ponto, que eu não sei se falei da outra vez, do conflito entre intuição e instituição.

V.A. – Não.

F.D. – Não falei não?

V.A. – Não.

F.D. – Todo esse nascimento dos pré-vestibulares comunitários, com essa metodologia nossa que se formatou aqui no Rio de Janeiro, nasceu com a proposta de não querer, em hipótese alguma, se instituir. Mas ser só uma intuição. Ou seja, a tarefa era: feita a experiência, contagiar a sociedade com a experiência através de jornais alternativos, através de palestras, visitas, reuniões de comunidades de base, reuniões de movimento negro, ou seja, onde ir, levar a proposta e lá propor que façam igual, sigam aquele método dando o nome que quiser. Com isso você tem hoje, em todo o Brasil, mas de 2.200 experiências de pré-vestibular comunitário seguindo essa metodologia formatada aqui na Baixada Fluminense: professores voluntários, com aula de cidadania, acontecendo basicamente nos fins de semana, aos sábados, usando espaços físicos da própria comunidade e não construindo espaços próprios, ou seja, essa metodologia aqui desenhada, ela é muito fácil, muito leve... Então, você indo nas reuniões pelo Brasil afora e apresentando essa experiência e mostrando como funciona, jogando vídeo, mostrando a coisa concreta e provando que a coisa é super fácil de fazer, fez explodir no Brasil inteiro experiências de pré-vestibulares. Se estima hoje, no Brasil inteiro, mais ou menos 2.200 pré-vestibulares comunitários. Ainda agora, quando eu saí da igreja para vir para cá, um jovem me viu, eu estava na igreja, saiu correndo: “Frei, pois é, o senhor não vai lá na minha igreja há um tempão... Aquela palestra que o senhor deu lá em 1996 fez efeito agora, em 2004.” Eu disse: “Como?” Ele disse: “De 96 até hoje, em todas as reuniões de conselho do conselho da paróquia a gente colocou proposta de abrir pré-vestibular, e a paróquia sempre era contra, dizendo que isso é perigoso porque trabalha

com jovens de fora da igreja, e que isso pode trazer muito maconheiro. E no entanto Frei, agora, em março deste ano, conseguimos convencer o conselho atual de aprovar. E desde abril estamos com o pré-vestibular novo em nossa paróquia...” Aí falou alegre e feliz, dizendo como é o método, e que era um pré-vestibular muito rígido porque a comunidade quis acompanhar cada passo, cada dia tem uma pessoa da comunidade de plantão lá vigiando para não correr maconha... São coisas assim interessantes. Ou seja, a intuição foi lançada, foi colhida e o efeito está acontecendo.

V.A. – Nessa avaliação conta também o número de candidatos aprovados no vestibular, ou isso não faz parte?

F.D. – Não. Não porque o método... Interessante esse dado, o método do projeto não é ser provocado pela aprovação na faculdade. Por quê? Porque a gente bota esse método de ponta para cima, de ponta a cabeça, quando a gente decide o método de ingresso do aluno, o método de escolha do aluno. Os pré-vestibulares em geral por aí, inclusive muitos dos gratuitos, dos comunitários, eles aplicam uma prova para selecionar os melhores. É o caso do pré-vestibular aqui da Fundação Getulio Vargas, aplica uma prova e seleciona os melhores. Nós somos contra isso. Porque nós queremos atender os violentados, os excluídos. Então o método de seleção é o contrário: você, quanto mais fraco for, mais chance tem de entrar no pré-vestibular Educafro. Então se você... Só que a gente não mede o cara, não mede aplicando prova. A fraqueza dele se mede por outros métodos. Como? Ponto um: só pode vir quem é de rede pública. Então quase sempre são pessoas muito quebradas e humilhadas no seu saber. Ponto dois: terá opção de vaga quanto mais tempo fora da escola ele tiver. Então se ele se formou vinte e cinco anos atrás: prioridade máxima. Se ele se formou há vinte, quinze, dez, e assim vai. Então, quem saiu da escola no ano passado, só tem chance se tiver vaga, mas quase sempre nos pré-vestibulares, a concorrência é de três candidatos por vaga, em média.

Então, se você for em uma reunião da Educafro... Teve ontem inclusive, uma reunião da Educafro ampla. Por causa da chuva eram quase 300 alunos. Em média vão 800 pessoas, alunos, professores e coordenadores. Então, o aluno recém-formado que saiu do ensino médio, ele quase não tem chance na Educafro. Por quê? Porque a Educafro quer discutir a exclusão. E a gente então seleciona as pessoas por métodos contrários aos métodos, aos paradigmas tradicionais. Com isso, então, você tem pessoas

muito quebradas, muito fragilizadas em seu saber. De modo que a gente diz: “Pessoal, vocês estão aqui, a realidade é cruel. Vocês têm que ter três vezes mais energia para vencer.” Então a gente trabalha muito a autoestima, trabalha muito técnicas de estudo. Tem um especialista em técnicas de estudo que cobra muito caro para dar palestras, chamado William Douglas. Já ouviram falar?

V.A. – Não.

F.D. – Ele então é parceiro nosso e todo ano ele dá palestras. A gente reúne todos os alunos e ele dá palestras durante três, quatro horas, sobre técnicas de estudar. Ele tem vários livros lançados e cobra de 500 a 1000 dólares para dar palestras pelo Brasil afora, ele é um juiz federal, William Douglas, então ele faz isso como *hobby*, mas cobra caro por esse *hobby*. E para o projeto ele faz de graça. Ele paga a passagem dele para ir para São Paulo e dá a palestra. É um gesto bonito o dele. De modo que o pré-vestibular trabalha nessa estratégia e nossa consciência é que o aluno estaria apto para entrar e disputar as faculdades públicas após três anos de pré-vestibular. No entanto, a gente deixa o aluno livre para prestar vestibular a hora e quando ele quiser. E a gente trabalha com ele a ideia de que o passar no vestibular também deve ter como estratégia o treinamento de fazer o vestibular. Não sei se vocês sabem de pesquisas, mas na USP, os treineiros, os que fazem o vestibular apenas sem poder fazer – o pessoal do primeiro ano e do segundo ano do ensino médio, que prestam só por prestar – os treineiros, quando chega a hora de fazer o vestibular, noventa por cento passa. Porque o medo do bicho-papão que é o vestibular, já foi vencido e boa parte das questões você perde só a partir do medo, da tensão. Se você presta vários vestibulares antes, na hora você está menos nervoso e mais preparado para o desafio.

V.A. – Então o currículo é de três anos? Digamos assim: a pessoa entra no ano, ela vai fazer três anos e aí ele teria o currículo que seria das matérias que são... Como é que funciona? Ou é por ano?

F.D. – O currículo, ele tem outra maneira de apresentar. Ele pressupõe vinte e quatro horas de estudo por semana. Se o aluno der conta dessas vinte e quatro horas por

semana, ele tem grande chance de, no primeiro ano, já beliscar; segundo começar a disputar; terceiro ano vencer na marra. De modo que a apostila foi planejada...

V.A. – Mas as coisas são repetidas?

F.D. – É.

V.A. – A cada ano ele repete a matéria?

F.D. – Repete para **[incompreensível]** um jeito dele aprender. Porque o pré-vestibular deve sempre ser compreendido como uma recapitulação. Então essa é a lógica da recapitulação.

V.A. – As apostilas, o senhor ia falar...

F.D. – As apostilas são programadas para vinte e quatro horas por semana e de modo que o aluno deve ter um planejamento para ter aula presencial e a aula por conta própria.

V.A. – Nessas vinte e quatro horas estão incluídas algumas aulas presenciais e outras ele estuda sozinho?

F.D. – Isto.

A.P. – Há algum tipo de avaliação de conhecimento? Simulados...

F.D. – Há, de dois em dois meses, um simulado para os alunos. Um simulado técnico. Quem produz o simulado é uma equipe de pedagogos. Quem produz as apostilas também é uma equipe pedagógica de primeira linha, que presta o mesmo serviço para – isso em São Paulo –, é a mesma equipe que presta serviço para um cursinho caro, que cobra de mensalidade 890 reais. A mesma equipe que presta serviço lá, presta para nós com o custo bem em conta.

V.A. – E essas apostilas são as mesmas adotadas aqui, ou aqui é outra equipe, no Rio?

F.D. – Aqui no Rio, o grupo... Nós temos reuniões gerais que discutem metodologias e o grupo aqui preferiu permanecer com... Porque qual é o problema? Há um problema sério no Brasil, que em cada Estado, as faculdades são muito livres para definir o que vão cobrar no vestibular e o método de cobrança. E a conclusão é que em São Paulo o método é muito baseado na decoreba, no aprender fórmulas, essas coisas mais pauleiras, coisa doida. E no Rio o método é um pouco mais interdisciplinar, um pouco mais suave. No Rio está mais próximo da rede pública do que em São Paulo. Em São Paulo as faculdades têm outra metodologia e com isso o alto grau de exclusão é patente.

Então no Rio não tem apostilas, mas seguem-se métodos formatados pelos próprios professores junto com os coordenadores. É comum ter, no Rio, professores do projeto que também são professores em colégios particulares, em cursinhos particulares, ou em escolas públicas. E eles, então, já têm toda uma metodologia de trabalho a partir dos espaços que já têm, e eles recolocam aqui para o grupo. Preparam sua aula então, preparam aula e dão lá e aqui.

V.A. – Nesse artigo que a gente leu que é de sua autoria, sobre o pré-vestibular, sobre a criação do Pré-Vestibular para Negros e Carentes aqui na B07aixada Fluminense, o senhor fala assim: “A ideia de se criar um pré-vestibular para negros nasceu na Bahia a partir das reflexões das entidades negras.” E aí diz assim: “A metodologia adotada na Bahia dificultava a repetição da experiência por outros setores populares.” O senhor pode explicar um pouquinho isso, esse nascimento?

F.D. – Na Bahia o projeto nasceu lá como? Alugando sala, ou seja: gasto; pagando professores: gasto; e o aluno negro tinha que pagar meio salário mínimo. Ora, isso aí então é inviável. Quando o trabalho surge aqui no Rio, surge provocado por duas coisas. Primeira coisa: a constatação da exclusão do negro das universidades. E a segunda coisa: a perspectiva de bolsa de estudo na PUC de São Paulo. Tivemos uma reunião em 1986, então bem antes, reunião com o cardeal Dom Paulo, e ali havia, acenou-se a para possibilidade de bolsas de estudo. Então, assim que a gente prepara, começa a motivar jovens negros pobres para prestar vestibular na PUC de São Paulo, em vista dessas possíveis bolsas, a motivação nossa era uma motivação: “Gente, vamos fazer

almoço comunitário para juntar dinheiro e pagar as passagens...” Coisas assim. E foi quando viu então, que os jovens mostraram que até podiam fazer aquilo, mas as chances deles eram muito pequenas porque estavam muito despreparados. A partir dessa constatação é que o pré-vestibular vem. E aí soubemos do pré-vestibular da Bahia...

V.A. – Aonde que era feito esse na Bahia? O senhor se lembra de que instituição?

F.D. – Era uma instituição chamada Steve Biko. Então a gente soube desse trabalho deles e vimos que era inviável aquele método, porque nós queríamos algo que fosse um trabalho de massa, um trabalho que contagiasse o conjunto. Então nós criamos essa metodologia nova. Ponto um, norma: só abrir em espaços físicos existentes. Onde já tem a cadeira universitária, já tem um quadro de giz, já tem luz, já tem água, já tem banheiros públicos, já tem tudo instalado. E isso tudo entra como contribuição da entidade que nos acolhe. Ponto dois: a nossa contribuição – olha só que atitude provocadora –, a nossa contribuição vai muito em ajudar a entidade a otimizar o uso do seu espaço físico público. Então nós partimos da tese de que escolas públicas, igrejas, sindicatos, tinham espaços físicos construídos com o dinheiro do povo e que estavam tendo baixa utilização. E feito isso então, se trabalhou com isso daí, e a nossa surpresa é que a sociedade em geral acolheu bem essa postura, que era uma postura crítica. Era uma postura crítica, bastava você dizer que a sua entidade está usando mal o espaço físico, é uma postura crítica. Mas a maneira de fazer essa crítica foi tão tranquila e simpática, e positiva, que as pessoas quase não percebiam que era crítica. E atendiam e acolhiam.

Ponto três: a gente era totalmente contra pagar os professores, porque a gente via que se você fizesse esse método a coisa não ia longe não. Conseguir financiamento em um contexto de Brasil em crise, eterna crise... Então a gente formatou uma proposta de serem professores voluntários. E noventa por cento diziam, dos que participaram do processo, que era impossível conseguir pessoas voluntárias para trabalharem em pré-vestibular. E foi montado o primeiro, deu certo. Montou-se o segundo, e descobrimos que havia e há uma demanda grande do povo em querer ajudar, só não sabiam como. Se o cara era uma pessoa preparada, técnica em física, matemática, química... e sentia seu trabalho oficial; ela não tinha onde exercer aquela sua profissão de maneira voluntária. Então, o nascimento desses pré-vestibulares abriu esse campo. O trabalho voluntário

passou a ser uma coisa fantástica. E hoje, só a Educafro, nós temos vamos botar aí quase três mil voluntários, professores. Isso é forte, isso é muito... Isso é uma revolução silenciosa mesmo.

V.A. – Em um núcleo que tem seis coordenadores voluntários e dez professores, quantos alunos têm esse núcleo?

F.D. – Varia. Os núcleos, em média, têm cinquenta alunos. No entanto, você tem núcleos com duzentos alunos e têm outros com – como é o caso que eu descobri ontem – núcleos com doze alunos. Aí perguntei: “Como é que chegou a esse número, doze?” Disseram: “Frei, a coisa é grave. Éramos em quarenta e três alunos, a sala cabia quarenta, botamos três a mais, e demos grande corda, grande energia para eles prestarem o vestibular da UERJ.” Sabe que a UERJ faz três vestibulares ao longo do ano, não é? O vestibular de abril. Os alunos entraram em março e já em abril foram fazer o vestibular da UERJ. A UERJ foi tão violenta com o vestibular dela – quase que imitou a USP – que houve um alto grau de reprovação. E os alunos saíram humilhados, envergonhados. Grande parte não voltou mais para o pré-vestibular. Ou seja, o carimbo da incapacidade foi patenteado. E isso está nos levando a discutir nas próximas reuniões, a gente desmotivar os alunos a prestar vestibular antes de seis meses, nos vestibulares que tendem a ser violentos. De modo que é um ponto em aberto para ser discutido. Porque o pobre e o quebrado que vai fazer um vestibular desses e o resultado é muito baixo, ele se sente envergonhado. A autoestima dele vai lá no chão. Daí que estamos pensando em discutir essa ideia. O aluno que vai, a gente vai mostrar bem claro: “Gente, se você quer fazer faça, mas com a consciência de que você pode não ter estrutura para resistir ir ver sua nota.” São pontos que tem que ser bem pensados...

[FINAL DA FITA 3-A]

A.P. – ...A Educafro, da forma de condução do trabalho na Educafro.

V.A. – Sim, do vestibular da UERJ, que foi uma ducha fria nesses jovens.



F.D. – E eles, portanto, responderam de maneira muito... Porque sempre teve vestibular na UERJ, só que nunca foi tão violento como esse agora. Tem várias leituras para isso aí. Uma leitura é a questão das cotas. A nova equipe que assumiu a UERJ tem uma posição meio dúbia, são a favor mais na prática querem os melhores. A questão da meritocracia está influenciando, e resolveram apertar na prova para tentar só ter os bons. Tem várias leituras. Outra leitura é uma leitura, talvez forte demais, talvez não tenha muito fundamento, é que as faculdades públicas em geral têm seu caixa dois e o caixa dois é feito pelas taxas dos vestibulares, que é um dinheiro não controlado por nenhum órgão. E então, se ela tem um vestibular difícil, obrigará um grande número a fazer o vestibular outra vez na próxima etapa, e pagando uma taxa que é um fundo forte... São essas estórias complicadas.

V.A. – Nesse núcleo que tem, por exemplo, duzentos alunos, é uma sala de aula com duzentos alunos ao mesmo tempo, como é que funciona?

F.D. – Não. Costuma ser quatro salas de aulas de cinquenta.

V.A. – Então a sala de aula tem, em média, cinquenta alunos?

F.D. – Isso. Tem em média cinquenta alunos.

V.A. – E aí, no caso, tem mais professores esse núcleo, ou continua com dez professores?

F.D. – Varia. Normalmente o professor pega, quando o núcleo tem mais de uma sala, pega duas salas. Então tem o dobro. Ou seja, ele tem vinte professores para duzentos alunos.

A.P. – A gente tinha separado algumas perguntas. Uma: eu fiquei extremamente curioso, até por lembrar de algumas cenas, até na televisão, ou comentários do meu pai, sobre os cultos afro, sobre as missas... Eu queria que o senhor comentasse um pouco sobre isso e aproveitando também: a gente viu no seu currículo, não sei se é ou era mestrando em Teologia Litúrgica com ênfase em Inculturação.

F.D. – Isto.

A.P. – A gente queria saber também o que seria, como seria.

F.D. – Um dos eixos da luta do negro no Brasil foi a questão da mística religiosa, da expressão religiosa. E essa mística então, houve uma fase áurea no Brasil em que a comunidade negra católica decidiu trabalhar, como eixo de conscientização, o debate da europeização da missa e do ser igreja. E a contrapartida foi provocar e apresentar uma maneira diferente de ser igreja e de se fazer missa. Então se investiu muito nas missas afro, que você tira, por exemplo, o piano e bota o atabaque; tira a toalha branca do altar e bota a toalha colorida, e assim vai. São vários elementos que somados provocaram uma revolução muito forte na visão cultural religiosa com grandes conflitos dentro da Igreja. E ao mesmo tempo, por ser algo muito verdadeiro, por ser um extrato forte de verdade, com grandes aceitações também. O trabalho cresceu muito e hoje a Igreja não consegue pensar mais a si, sem discutir o tema da inculturação. Inculturação afro.

V.A. – O que quer dizer inculturação?

F.D. – A inculturação é todo o processo que faz com que você introduza dentro do ser Igreja, valores da cultura marginalizada, no nosso caso, cultura negra ou cultura indígena.

V.A. – Esse é um conceito de dentro da Igreja ou é um conceito...

F.D. – É um conceito de dentro da igreja que já está hoje na sociedade, frente ao uso constante. É um conceito que nasceu por volta dos anos 1980. É um neologismo. Vocês procuraram no dicionário?

V.A. – Eu procurei. No Houaiss diz que é ausência de erudição. Inculturação é in culto, ausência de erudição, de cultura. Aí a gente achou que não era bem por aí.

F.D. – Não é não. Inculturação, hoje, nos dicionários mais atualizados, parece que tem quatro verbetes para falar de inculturação.

V.A. – Então teria que ver na enciclopédia e não no dicionário.

A.P. – E o senhor ainda é mestrando em Teologia Litúrgica?

F.D. – Eu sou agora um... Como é que é a palavra?

V.A. – Mestre?

F.D. – Não. Agora eu sou um expulso da faculdade. [riso]

V.A. – Jubilado.

F.D. – Eu me jubilei. A questão do trabalho da base... Entrei em crise em um certo momento porque a minha leitura foi essa: “Puxa vida. Eu já tenho faculdade de Teologia e Filosofia. Tenho duas faculdades. Nosso povo negro quer ter a primeira para poder ganhar o pão dele e vencer. Eu não tenho o direito de querer fazer um mestrado, um doutorado, se meu povo não tem nem a ferramenta número um primeiro do saber para vencer.” Então decidi pegar todo o tempo que eu tinha para fazer o mestrado e o doutorado e aplicá-lo no trabalho de... Por isso que nasceu o Educafro em São Paulo. Eu fui então para São Paulo. A igreja estava precisando de... A luta pela inculturação cresceu muito no Brasil e a minha pessoa passou a ser uma referência. A Igreja quis então, que alguns de nós saíssem para estudar, para fazer isso com total qualidade e poder confrontar todos os teólogos que eram contra a inculturação. E naquela fase, meu nome foi indicado para fazer essa especialização, fazer esse mestrado, e ser alguém para debater com aqueles que eram contra.

V.A. – Essa Pontifícia Universidade Nossa Senhora da Assunção fica na cidade de São Paulo?

F.D. – Em São Paulo. Então, fui para São Paulo com a proibição expressa de fazer trabalho popular. De só cuidar do estudo. “Então tá” Fui fiel. E disse: “Vem cá. Eu também tenho, como estudante, direito de ter o momento de descanso, não tenho? No descanso eu posso fazer o que eu quero, não posso? Está bom.” Então eu ia para as favelas para fazer trabalho de pré-vestibulares, motivar a nascer pré-vestibulares. Aí então a coisa em São Paulo teve um crescimento rápido demais. E aí eu me vi diante de uma realidade inesperada, e aí, sem os meus superiores saberem, eu comecei a negligenciar os estudos – já por causa dessa crise – e trabalhei então a radicalização do pré-vestibular de São Paulo.

V.A. – Quando que o senhor foi para São Paulo?

F.D. – Isso foi em 1997.

V.A. – Quer dizer que aqui já tinha sido criado...

F.D. – Aqui já estava super sólido. Então foi em 1997 que a gente começou a fazer em São Paulo. De modo que os superiores...

V.A. – O senhor foi fazer esse curso, mestrado, em 1997?

F.D. – É, pago pelos superiores. Então gastaram um dinheirão e depois me puxaram a orelha: “Como é que você faz uma coisa dessas?” Aí fui sincero com eles: “Não dá. O nosso povo não tem nem o primeiro curso para conseguir vencer. É injusto isso. Então, desculpe, mas o dinheiro que vocês financiaram meu curso, na verdade eu apliquei nisso aí. Aí me puniram. Qual foi a punição? Foi me tirar do Rio e botar em São Paulo. Eu disse: “Está bom.” Foi a estória do sapo, que você tira o sapo e joga na água... E ali a coisa então pegou... Na verdade, foi uma... Porque o trabalho cresceu e tinha que alguém cuidar em São Paulo.

V.A. – O senhor disse que a diretoria do Educafro é composta de frades, quer dizer, é uma instituição franciscana?

F.D. – É uma instituição franciscana cuja missão hoje é potencializar, a missão é atualizar a ação de São Francisco de Assis nos dias de hoje. A questão da luta contra a exclusão e aí, no caso concreto, focando o campo da educação e, afunilando mais ainda, a universidade. Então já teve umas quinhentas provocações para fazer trabalhos também nos ensinos fundamental e médio, mas sempre fugimos. “Que abram outras entidades e façam. Nós queremos qualificar e focar essa questão da universidade.”

A.P. – Então, nesse sentido, aquela diferença entre intuição e instituição – pensando na rigidez da Educafro – essa separação, hoje, na Educafro, não existe mais?

F.D. – Na Educafro não existe mais, só existe em mim. Porque assim que o trabalho nasceu em São Paulo, e que no primeiro ano a gente motivou todo o alunado a prestar vestibulares públicos, como fazemos sempre, tivemos um resultado que nos derrubou de cama. Qual foi o resultado? Aprovação zero. Nenhum passou para nenhuma universidade pública. E fomos avaliar e concluímos dados escandalosos das universidades públicas. Por exemplo, em 1968, 57% dos alunos que entravam nas públicas vinham da rede pública. E você então ia fazendo o trabalho e você descobria... Em 1968, 57% dos alunos que entravam na USP vinham da escola pública. Em 1993, caiu para 32,5%. Em 1998, caiu para 21%. Em 2000, caiu para 19,2%. E aqui em 2000, foi quando a gente exagerou na luta pelas faculdades públicas em São Paulo. Porque enquanto no Rio a isenção da taxa do vestibular já era uma conquista normal que ajudava o povo a entrar na faculdade, em São Paulo não existia a isenção da taxa do vestibular. Aí fizemos passeatas, protestos, reuniões com as faculdades, e elas insensíveis. Aí radicalizamos para a Justiça. Abrimos mais de duzentos processos contra a USP. Então com isso, começamos a conquistar na Justiça o direito do jovem fazer o vestibular sem pagar. Sem ter o dinheiro para pagar a taxa e fazer o vestibular. E aí mudamos o índice. Em 2001, subiu para 20,4%; em 2002, subiu para 20,6%. Então acaba com uma queda violenta. Nós invertemos a queda. De modo que, com esse fator aí, a questão da intuição e da instituição, sendo a faculdade pública um instrumento de alto grau de exclusão; avaliando que a mudança demoraria vários anos para mudar essa mentalidade das faculdades públicas de São Paulo. Decidimos então, mudar o foco.

Então, aqui no Rio, o foco da Educafro são as faculdades públicas e o complemento, faculdades particulares. Em São Paulo, o foco são as particulares e o

complemento são as públicas. O aluno lá, como aqui, só pode disputar uma bolsa se prestar, pelo menos, um vestibular público. Sendo que aqui temos parcerias só com duas, três faculdades particulares e em São Paulo, com umas vinte faculdades particulares. De modo que a gente então, quando foi fazer a primeira parceria com uma faculdade particular em São Paulo, ela exigiu, disse: “Eu até gostei da ideia de vocês, do projeto mas, eu vou querer... Temos que assinar um contrato. Cadê o CGC de vocês, cadê o CNPJ de vocês?” Dissemos: “A gente não valoriza isso, a gente não acha isso importante não.” Ele disse: “Então nada feito. Eu tenho uma instituição, tenho que prestar conta do que estou fazendo. Se vocês não têm CNPJ, então, nada feito.” A gente foi e radicalizou na discussão dessa questão e concluímos que a maneira de compreensão de alguns de nós não poderia dificultar o avanço do projeto. Então foi quando decidiu-se então transformar a Educafro em instituição. E institucionalizando, passou a contratar funcionários, porque antes não tínhamos, éramos contra ter funcionários. Só tinha trabalho voluntário radical. Então, sendo instituição, tínhamos ao mesmo tempo... “Bom, se é que é para se institucionalizar, então vamos avançar em outro aspecto. Qual outro aspecto? Nós temos uma bronca, porque os franciscanos como um todo, não estão agindo na inclusão do negro na faculdade como deveriam. Então agora vamos fazer a institucionalização através deles. Para que eles, franciscanos, coloquem a mão na massa e se envolvam, se comprometam nessa questão.” Então, no fundo, a institucionalização teve duas motivações. Uma: as parcerias que queriam um CNPJ. Outra: a nossa bronca de sentir que os franciscanos poderiam se doar mais e o caminho seria nós envolvê-los. Então, “se é que tem que envolver, vamos envolvê-los por aí.”

V.A. – Aí colocaram na direção.

F.D. – Isto.

V.A. – Agora, a Educafro é uma ONG? A gente pode dizer assim?

F.D. – Não. A gente não gosta. A gente tem bronca da palavra ONG. Porque, infelizmente, grande parte das ONGs está muito mais fazendo projetos buscando dinheiro, do que preocupados com o seu foco. Nós somos uma entidade religiosa

franciscana, pluri-ecumênica, e que queremos radicalizar na inclusão do pobre... É uma entidade civil ligada a vida religiosa.

V.A. – Então o pagamento desses funcionários, as despesas da Educafro são cobertas pelos franciscanos, ou também tem financiamento, alguma coisa assim?

F.D. – Não. Criamos o seguinte método: a meta da Educafro é ser auto-suficiente. Como? Cada aluno contribui mensalmente com um real por mês. E cada mês – aqui está então o comprometimento dos franciscanos – o que os alunos não conseguem completar, cobrir, os franciscanos cobrem. Então, eles assumiram esse compromisso. A princípio a gente passou para eles que era tranquilo porque em dois, três anos, estaríamos com isso resolvido, mas na prática não. Em São Paulo eu diria que 48% dos gastos da Educafro os alunos assumem e no Rio, 32% só. Deixa eu dar mais um intervalinho...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

F.D. – ...É SEFRAS sim, Serviço Franciscano de Solidariedade. O SEFRAS é uma articulação de todas as obras sociais dos franciscanos.

V.A. – Então as despesas são mais das que os quatro funcionários do Rio e os oito de São Paulo.

F.D. – Isso.

V.A. – Tem o jornal, tem passagens, talvez, não é?

F.D. – Passagens.

A.P. – Passagens dos professores também?

F.D. – Sim e não. Porque cada núcleo assume essas passagens dos professores. Eles gerem, através dos trabalhos do núcleo, isso daí. Mas tem, por exemplo, telefones, Internet, energia, água...

V.A. – A própria publicação das apostilas, a xerox. Ou os alunos compram as apostilas?

F.D. – Cada aluno, com referência ao material didático, contribui com 10% do salário mínimo. Esse dinheiro é para apostilas, passagens dos professores e outros gastos para o núcleo funcionar.

V.A. – Fora o um real por mês?

F.D. – Também desses 10%, saem o um real por mês.

V.A. – Ah, então é 10% em geral. Por ano?

F.D. – Não. 10% por mês do salário mínimo. E esses 10% são para comprar as apostilas, para pagar as passagens dos professores, para o lanche dos professores, e outras necessidades.

V.A. – A gente pode saber mais ou menos o montante das despesas, que seriam da ordem de?

F.D. – As despesas... Eu acho que aqui no Rio, nesse mês de junho – que já está fechado –, eu acho que foi de 7.800 as despesas. Eu posso fazer um cálculo, e aqui eu acho que foi 32% parece, que foi esforço próprio da Educafro e o resto foi dos franciscanos.

V.A. – Não tem outro financiamento de outra instituição, entidade, nada? Nenhum convênio?

F.D. – O convênio que a gente faz é o convênio de bolsas de estudos. Ou seja, a PUC, esse ano foram 108 bolsas de estudos; a Souza Marques, 10 bolsas de estudos; e assim vai.



V.A. – Mas aí são convênios para bolsas dos alunos que passam nos vestibulares, não é um convênio para custear as atividades da Educafro em si.

F.D. – Não. Para nós é importante envolver os franciscanos nesse processo de investimento nessa causa.

A.P. – O senhor até me desculpa porque eu não conferi, mas eu tenho conhecimento de um projeto do governo brasileiro, o Universidade Solidária, se eu não me engano. A Educafro não tem?

F.D. – Não. Nós temos um núcleo que funciona dentro da UFRJ, e esse núcleo da UFRJ usa o CNPJ da UFRJ, lá do... Aquele laboratório de políticas... Como é que é?

A.P. – PPCOR da UERJ?

F.D. – Da UFRJ. Esse é um laboratório lá que trabalha com cooperativas. Laboratório de cooperativas. Eles são ligados a eles e são Educafro nas normas nossas. E na questão administrativa interna, eles decidiram, por serem de universidade pública, que o aluno não daria nenhuma contribuição, e eles então se virariam em conseguir esse financiamento. E eles então foram nesse programa do governo, que é Diversidade na Universidade, e conseguiram um financiamento. Mas, em seguida, histórias estranhas... Segundo eles, foram assaltados lá dentro da UFRJ, e carregaram tudo. Isso deu muitas confusões. Ali tem muito assalto naquele *campus* ali, loucura... De modo que a gente não quer mais esse tipo de núcleo que tem dupla vinculação. Não é bom não.

V.A. – E não há interesse também, não há projeções de fazer esse tipo de convênio, mesmo com esse órgão do governo para conseguir mais financiamento?

F.D. - Hoje a Educafro tem uma direção com outras visões e a tendência é querer sim. Mesmo que eu pessoalmente não queira, a tendência é a direção querer sim.

V.A. – E o senhor pessoalmente não quer por quê?

F.D. – Percebi que, de modo geral, as entidades que trabalham com financiamento, elas acabam perdendo seu foco. Eu fico bastante sofrido quando vejo boas entidades que depois de uns cinco, dez anos de existência, o foco delas não é mais o objetivo número um, mas é o salário de seus funcionários, é o aluguel do espaço físico, equipamento de primeira qualidade... Então passam a gastar mais da metade da verba consigo mesmo, mais do que para a causa. Isso me deixa muito, muito, enojado. 90% das ONGs fizeram isso. Você olha até o próprio Ibase, o Iser, todas elas. Grande parte do dinheiro que eles captam lá fora, não é para a causa, é para alimentar a estrutura. E como eu sempre tive bronca de estrutura... Devo perder nas reuniões de diretoria daqui para a frente, mas faz parte.

A.P. – A direção é tentar esse tipo de...

F.D. – A direção da Educafro, dos franciscanos, é alguém que vem de trabalhos voltados para pobres, mas que não tem essa pedagogia do investir no combater o paternalismo. Vejam, são pessoas que trabalharam por dez anos com assistência aos aidéticos. E assistência aos aidéticos é fruto de verbas externas mesmo. Outros vêm da assistência a moradores de rua: verba externa. Outro vem de trabalho com creche de filhos de moradores de rua. Então vem de uma experiência tal, que só funciona com verbas externas. E a Educafro, até hoje, só funcionou com auto esforço e com complemento dos freis. São metodologias diferentes, visões diferentes.

V.A. – E esse convênio com Cuba?

F.D. – Também. O convênio com Cuba...

V.A. – Como é que foi a história desse convênio?

F.D. – Está na linha do convênio com a PUC, onde a gente apresentou candidatos bons e eles então concedem as bolsas. O convênio com Cuba aconteceu em um contexto em que a gente avaliou e viu que, apesar da nossa grande luta, não tínhamos alunos passando para Medicina nas públicas do Rio nem nas públicas de São Paulo. Então nós

queríamos provar que essas públicas estavam sendo violentas, porque usavam um método de seleção injusto. Não selecionavam as pessoas por capacidade, selecionavam as pessoas por poder econômico. Porque só quem tem poder econômico é que pode fazer um cursinho caro. O que fizemos? Pegamos pessoas que disputaram USP em São Paulo, Unesp, Unicamp, e outras que disputaram UERJ, UFRJ, UFF etc. E foram reprovados um, dois, três, quatro anos. Pegamos essas pessoas e propusemos que elas concorressem à bolsa de Cuba e deixamos claro: “A metodologia de seleção é outra. É liderança, garra, vontade de querer aprender, disponibilidade para aprender...” Outros métodos de seleção. E o objetivo era mesmo comparar. E foram selecionados alguns do Rio, alguns de São Paulo, bem esses que foram rejeitados por universidades públicas. Esses foram para Cuba, um ano depois veio a revelação: eles, em Cuba, estão entre os vinte melhores de cada sala de aula. Cuba que é uma potência em educação, exigente ao extremo. E com isso então provou que as faculdades públicas brasileiras estão jogando no lixo pobres e negros, por discriminação.

A.P. – Quantos anos têm esse convênio?

F.D. – Quatro anos.

A.P. – Então já tem uma turma quase...

F.D. – Quase chegando lá. Tem duas delas aqui, visitando, de férias no Rio de Janeiro. Se vocês quiserem entrevistar, até vai ser interessante. Estão de férias, ficam um mês aqui, chegaram essa semana. Estiveram ontem na reunião dando testemunho, estão felizes da vida. Uma pessoa que era empregada doméstica até anos atrás, hoje já está quase com um diploma de médica na mão. Negra, pobre, sofrida. Outra realidade.

V.A. – E esse contato, como é que foi feito?

F.D. – Foi um trabalho feito via contato de pessoas amigas, Leonardo Boff, Frei Beto etc. Eles então fizeram o contato e fomos aprofundando e amadurecendo.

V.A. – É em Santiago mesmo?

F.D. – É em Cuba sim. Eles entram, inicialmente, na Escola Latino-Americana de Medicina, que é uma escola internacional. E fazem lá os dois primeiros anos e os demais anos fazem nas demais escolas de Cuba de medicina normais do país.

A.P. – O senhor sabe, ao certo, quantos são os alunos que estão lá?

F.D. – Da Educafro o total deve ser cinquenta e três.

V.A. – Muito aluno. Muita gente. O senhor falou alguns do Rio, alguns de São Paulo, para mim estava na faixa dos dez. [risos]

F.D. – Eles fazem Medicina, Educação Física, Biologia, Engenharia e Direito. A maioria Medicina.

V.A. – E a ideia deles é voltar depois com esse diploma, ou é ficar por lá?

F.D. – A ideia é voltar e atuar aqui. A atual fase é briga, uma briga grande, para que eles consigam que o governo brasileiro legalize os diplomas deles.

V.A. – Reconheça.

A.P. – Isso que eu ia perguntar.

F.D. – Reconheça. É o grande drama. Não só nosso, mas de milhares de brasileiros que estão se formando em Cuba. Centenas.

V.A. – Acho que nesse mesmo documento que eu estava consultando, o senhor fala que “80% dos atuais procedimentos da Educafro já são em forma de franquias sociais.” O que é essa franquias sociais?

F.D. – A franquias social é um método de organização que nasceu a partir dos pobres, após a Segunda Guerra Mundial, frente ao drama do desemprego. Pobres se

organizavam e faziam trabalhos em conjunto em entidades e deram o nome disso de franquias, naquele período. Em seguida, essas experiências de franquias, por ser de grande sucesso, o capitalismo assimilou e acabou sendo uma ferramenta chave do capitalismo.

V.A. – É o que eu entendo. A franquias é isso, é Pizza Hut, Mc Donald's, Pão de queijo... Agora, franquias social eu não sabia.

F.D. – Então hoje, houve uma discussão dessa questão e se viu que as comunidades dos pobres não podem perder essa experiência que veio deles. Então hoje há, no mundo inteiro, a formatação de franquias social. E que no fundo a Educafro, diríamos que não tem 80% não, tem 95% de sua estrutura já formada em franquias. Só falta apenas pegar os documentos, levar no cartório e bater o carimbo.

V.A. – Não entendi. Para formalizar que é uma franquias? Não entendi.

F.D. – A franquias tem a prática e tem a parte jurídica. A parte prática está organizada. Já funcionamos como franquias. Então, se alguém...

[FINAL DA FITA 3-B]

V.A. – Então, como é que funciona isso? Se alguém que abrir um núcleo...

F.D. – Ele tem que fazer os procedimentos normais de uma franquias social, que é conhecer a franquias, conhecer o trabalho, conhecer a metodologia através de reuniões. Após as reuniões ele deverá assinar um pré-acordo dizendo se ele aceita ou não as normas da franquias. Uma vez assinando esses termos, ele é autorizado então a organizar na prática o núcleo e a partir dali ele começa a ir fazendo os procedimentos até assinar o contrato de franquias social com a gente.

V.A. – Quer dizer que cada núcleo tem um contrato assinado?

F.D. – Isto.

V.A. – E aí a institucionalização, aí já com CNPJ Educafro e tudo?

F.D. – E tudo mais. E aí, vocês podiam me mandar um e-mail me cobrando que eu mandasse para vocês o contrato de franquia social para vocês conhecerem isso, e botarem no registro.

V.A. – E aí o contrato de franquia social é estabelecido entre a sede da Educafro e o núcleo que quer se formar. E isso está precisando ainda entrar em cartório, é isso que o senhor estava dizendo?

F.D. – Na verdade, o problema tem nome. Chama-se Frei David. Ele tem a maior bronca de institucionalização, mas já foi decidido, tem que ser... E na verdade falta fazer alguns procedimentos para levar em cartório e registrar.

V.A. – Esse contrato em si, ele não está em cartório, é só entre a Educafro e o núcleo?

F.D. – Isto.

V.A. – Certo. E o senhor diz que 95%, e os outros 5%?

F.D. – É levar no cartório e bater carimbo.

V.A. – Não. O senhor disse que 95% já funciona no formato de franquia, e o resto? Tem núcleo que não funciona nesse formato?

F.D. – O 5% a que me refiro é o fato de estar no cartório registrado.

V.A. – Está faltando só isso.

F.D. – Nós conseguimos que a consultoria técnica da Associação Brasileira de Franquias fosse avaliar a Educafro. E eles levaram um susto. Falaram que de todas as franquias sociais que eles conhecem no mundo, a Educafro é a mais radical e a mais bem organizada.

V.A. – Radical, exigente com essa história de vermelho, verde e amarelo...

F.D. – Em todos os setores. De modo que eles deram total aval. Só falta...

V.A. – Formalizar.

F.D. – Escrever. Porque uma das normas da franquia é que todos os procedimentos têm que estar escrito. O núcleo, para abrir, tem que ir na reunião tal, que acontece... Escrever e registrar. Só falta fazer isso aí. Que mais de franquia que seria bom? A vantagem da franquia é que dá uma baita segurança para todo mundo. Para quem está entrando na rede e para quem está na coordenação da rede. Porque fica tudo muito claro, fica tudo muito aberto, muito amarrado. E, por exemplo, se o núcleo teve a ousadia de fazer algo diferente, ele é avaliado naquilo que ele fez de ousadia. Se aquela ousadia está trazendo vantagem para o foco, para os beneficiados, então isso é apresentado nas reuniões gerais e é aprovado para assimilar ou não como novo item obrigatório para toda a rede. Se o núcleo cria algum procedimento e que depois é avaliado e que é prejudicial, ele é chamado a atenção para tirar aquele procedimento. Se ele não tira vai para o código amarelo; após “x” tempo, se ele não tirou, vai para o vermelho e perde o direito de estar na rede.

V.A. – Então, quem fica com o código vermelho perde o direito de usar inclusive o nome Educafro?

F.D. – Não. Ele continua e fica suspenso de benefícios. E se ele ficar “x” tempo no código vermelho, ele é tirado da rede.

V.A. – Suspenso de benefícios, quais são os benefícios?

F.D. – Concorrer a bolsas de estudo para Cuba, para a PUC etc.

V.A. – Eu queria voltar lá para a GRUCON. Porque a gente viu que em Petrópolis, quando o senhor estava lá vendendo rifa de carro zero quilômetro, o senhor já se articulou no GRUCON, Grupo União e Consciência Negra. A gente queria saber um

pouco, como é que foi a formação desse GRUCON. A gente tem aqui: “anos 1980 que ele vai surgir no interior da Igreja Católica.” É isso?

F.D. – Isto.

V.A. – O senhor pode nos ajudar nessa reconstituição um pouco?

F.D. – Para ter mais precisão de data, lá pelo ano de 1979, começam as primeiras reuniões de negros católicos, em 1979.

V.A. – Aonde?

F.D. – A CNBB que estava, mais ou menos, motivando essas reuniões. E os primeiros grupos que participaram dessas reuniões, as primeiras pessoas, elas puxaram muito para a coisa da história.

V.A. – E essas reuniões eram onde?

F.D. – Em Brasília, São Paulo, eram reuniões mais de caráter nacional, de pessoas cristãs católicas, para discutir a questão do negro. E essas primeiras reuniões, as pessoas participantes puxaram muito para a questão histórica do negro no Brasil. E criou-se dois polos radicais. Um polo que dizia: “A Igreja Católica foi omissa, teve escravos, foi conivente, foi colaboradora com a opressão do negro. Então essa Igreja tem que ser, agora, envolvida para desfazer o mal que ela fez. Tem que compensar criando ação afirmativa de inclusão.” Um grupo pensava assim. Outro grupo dizia: “Não. Essa Igreja que sempre foi opressora, não merece a nossa confiança. Queremos distância dessa Igreja. Até podemos ser católicos enquanto fé, expressão de Jesus Cristo. Mas enquanto luta por justiça para o negro, queremos distância dessa Igreja que não tem nossa confiança.” E esse assunto foi pegando fogo, esse debate. E em uma reunião que houve em 1983, em Brasília, para discutir a identidade desse grupo de pessoas, então apareceram vários nomes da entidade que ia se formar. Um nome era Pastoral do Negro, outro nome era... Tinha vários nomes, e os dois nomes que polarizaram foram estes: Pastoral do Negro e Grupo de União e Consciência Negra.



Então, o grupo que era contra a Igreja, o grupo dos católicos que era contra a Igreja – eles eram católicos na fé, mas não aceitavam que a Igreja trabalhasse o tema do mundo negro, por não ter credibilidade, por não ter histórico de credibilidade nessa causa –, esse grupo então quis que o nome fosse Grupo de União e Consciência Negra e fosse desligado da Igreja Católica. O grupo que queria que fosse Pastoral do Negro, justamente para poder fazer a Igreja fazer hoje o que não fez ontem, esse grupo foi derrotado. Então todo mundo aceitou a proposta de União e Consciência Negra, mas esse grupo que queria ser Pastoral do Negro, ficava em uma situação muito incômoda porque o grupo era muito feroz. O grupo tinha um discurso muito violento. Próprio dos anos 1980, das esquerdas, da ditadura... Então a gente estava... Eu pessoalmente tinha os dois discursos. O discurso de ser pastoral e o discurso de ser movimento. Mas, fortemente com um discurso anti-institucional, tanto de um lado como de outro: “Devem ser pessoas a partir do seu acreditar e não a partir das estruturas, do seu acreditar que tem que promover a mudança do mundo, e não a estrutura.

Aí então, como o Consciência Negra estava mais próximo da intuição do que a Pastoral do Negro, em Petrópolis a gente deu mais força ao Consciência Negra e não tanto à Pastoral do Negro. Naquele período ali de 1983, anos 80 em Petrópolis, a gente então fez nascer o Grupo de União e Consciência Negra em Petrópolis e isso gerou a grande bronca do bispo local que via naquela atitude uma atitude comunista.

V.A. – Uma coisa que me surpreende, porque a CNBB em 1979 está querendo lançar essa discussão do negro, não é isso? Porque essas coisas apareceram dentro da CNBB. O senhor na entrevista passada disse que em 1983 houve aqui no Rio o primeiro encontro nacional de padres, religiosos e seminaristas negros. E que esse encontro foi feito em um colégio na Almirante Alexandrino, e que houve resistência aqui...

F.D. – O cardeal proibiu.

V.A. – Então ele estava indo contra a orientação da CNBB?

F.D. – A Igreja foi, e é, diversa nos seus membros, na sua postura e no seu pensar. O pensar da CNBB naquele tempo não era o pensar do cardeal do Rio. O cardeal do Rio se alinhou com uma postura ultradireitista, de modo que esse grupo de religiosos,

seminaristas e padres negros de 1983 era, em parte, os remanescentes do Grupo do Consciência Negra que achavam que deveriam sim ter um trabalho específico da Igreja. Ou seja, a Igreja não pode ficar alheia. Ela tem que ajudar a consertar esse estrago que há na sociedade em referência ao negro.

V.A. – Mas não era da Pastoral?

F.D. – Não se usou o nome Pastoral...

V.A. – Mas eram os remanescentes da Pastoral?

F.D. – Isto. Eram os remanescentes. Parte deles eram remanescentes.

V.A. – E outros do GRUCON?

F.D. – Não. Ali GRUCON não tinha. O GRUCON naquele período já estava se definindo como um espaço anti-Igreja apesar de usar, em vários lugares do Brasil, a estrutura da Igreja. Em Petrópolis, por exemplo, a gente que fez nascer e era dentro da Igreja do Sagrado Coração. E como cresceu muito a posição do GRUCON anti-Igreja, e como eu tinha consciência de que a Igreja tinha que cumprir sua tarefa, a Igreja estava sendo infiel a Jesus Cristo quando dá as costas para o problema do negro, e a fidelidade consistia em ela ajudar o negro no processo de libertação, então eu, mesmo sendo da linha da intuição, entendia que a instituição tinha que estar comprometida. Então a gente fez acontecer uma articulação de religiosos, seminaristas e padres negros. Cujo objetivo central era comprometer a Igreja com a causa. O cardeal do Rio de Janeiro, contrário a essa linha, proibiu o encontro e nós então compramos a briga.

V.A. – Mas a CNBB estava, em princípio, a favor dessa discussão?

F.D. – Totalmente a favor, ou melhor, a CNBB na cúpula tinha clima favorável. E tanto antes de ontem, ontem e hoje, há pessoas a favor e contra, lá dentro, a esse trabalho.

V.A. – Perfeito. Eu queria passar para o tema que tem mais a ver com a Educafro, tem mais a ver com o movimento negro, que é a questão das cotas. Você queria falar alguma coisa?

A.P. – Não.

V.A. – Na entrevista passada, acho que você falou que esse episódio aqui equivalia... Qual foi o episódio que equivalia à questão das cotas? Foi esse? Enfim, o episódio que criou... O episódio do Zumbi, da estátua do Zumbi, que criou, na marcha de 1988, uma agitação tamanha que equivale ao que, hoje, as cotas estão fazendo em termos de promover, provocar o debate sobre a questão do negro. E eu queria saber a sua posição, imagino que seja a favor, favorável, mas queríamos aqui também debater um pouco porque algumas vozes na sociedade são contrárias a questão das cotas, e como que o senhor se posiciona às críticas que são feitas em relação às cotas, e como que isso foi se descortinando na sua militância mesmo política; essa definição, porque o senhor é favorável e como que o senhor responde às críticas?

F.D. – Eu deixei com vocês um texto sobre esse assunto também, não é?

V.A. – Sobre as cotas, não.

F.D. – Ação afirmativa?

A.P. – Não. Não lembro.

V.A. – Acho que não.

F.D. – Não deixei não? Que pena. Vou ver se mando por e-mail também esse texto porque ele está de maneira bem clara... Mas em duas palavras: as cotas, na sociedade brasileira, ação afirmativa chamada de cotas, sempre existiram. Por exemplo, na questão da mulher, na questão do deficiente físico. Se você der um pulo na história, nos anos 1960, na Lei do boi, que garantia vagas nas escolas agrícolas, nas universidades agrícolas para os filhos de agricultores. E nunca houve tanta polêmica contra aquelas

cotas. No entanto, quando agora se estabelece cota para negros e ao mesmo tempo, cota para a rede pública, cota para deficientes físicos e cota para indígenas, você não vê ninguém questionar cota para a rede pública, ninguém questionar cota para indígena, ninguém questionar cota para deficientes, mas vê todos os protestos somente contra cota para negros. Então isso é um resquício da discriminação que está impregnada na sociedade, muito mal resolvida e, portanto, acreditamos que, assim como a passeata de Zumbi que ameaçou derrubar a estátua de Caxias foi um choque para a sociedade, também está sendo um choque para a sociedade, não mais a queda dessa estátua, mas o subir dessa imagem que é o negro, nos patamares universitários. De modo que... Você quer mais dados sobre cotas, é isso?

V.A. – Na verdade, sim. Vamos pensar nisso que o senhor está falando: seria a reação que há em relação aos negros e não em relação aos deficientes físicos, por exemplo, a reação que há contra as cotas, nesse caso, seria em função de uma leitura da sociedade? Porque eu tenho visto algumas críticas a essa questão das cotas, de que em nossa sociedade, um deficiente físico você identifica como diferente, enfim, ele não tem determinadas possibilidades de atuação, ele é fisicamente limitado. Agora, em princípio, a raça não limita ninguém, não é isso? Então algumas pessoas dizem que isso vai piorar a situação racial no Brasil, vai criar o racismo. Outro dia eu li também um artigo dizendo que isso em outros países também não teria surtido efeito e é muito difícil depois você reverter o quadro... Eu queria saber um pouco, a sua posição com relação... É claro que a questão dos negros, da cota dos negros, está dando essa polêmica maior. Mas por que será que está dando essa polêmica maior? Exatamente porque os índios já são minoria, já não representam, digamos assim, ameaça, porque os negros já seriam mais uma ameaça? Por que seria essa polêmica maior?

F.D. – É, a realidade do negro, são coisas mal resolvidas ao longo da história do Brasil. Você vê que os judeus viveram sete anos de trabalho escravo, trabalhos forçados na Alemanha, e os descendentes de judeus, hoje, reconheceram que aquilo, apesar de serem de classe média, alta, os judeus na Alemanha, no mundo inteiro, reconheceram que aquela foi uma exploração injusta e que aquele tempo em que eles trabalharam em trabalhos forçados, não foi reparado, não foi indenizado. Então os judeus entraram na Justiça na Alemanha e conseguiram obrigar o governo alemão a indenizar todos os

descendentes de judeus hoje. Então hoje, uma fortuna imensa de euros é aplicada em pagar os descendentes de judeus que foram vítimas dos sete anos de trabalhos forçados. A pergunta é: quantos anos a comunidade negra viveu em trabalhos forçados no Brasil?

V.A. – 300 e tantos.

F.D. – 300 e tantos, não é? E agora portanto, se os judeus tiveram direito à indenização, quanto mais a comunidade negra. Então há ainda uma reparação não feita e que tem que ser feita. As cotas passaram a ser para a comunidade negra um instrumento para provocar essa reparação de maneira indireta. E, portanto, alguns intelectuais em nossa sociedade têm consciência de onde nós queremos chegar. Alguns intelectuais da sociedade, entre eles o Ali Kamel, você leu o artigo dele, o Góis professor lá da UFRJ, historiador da UFRJ... Sérgio Góis, não sei qual é o nome dele...

A.P. – José... Alguma coisa de Góis.

F.D. – Pinto de Góis... Eles têm consciência muito clara de onde queremos chegar. Nós queremos chegar à uma sociedade justa, igualitária e fraterna, onde o negro tenha sido reparado de todo o sofrimento que ele teve ao longo de sua história toda. Bom, e aí esse pessoal tem medo desse processo. Mas esse medo é um medo que vem a partir da cabeça do exterior. Eles não avaliam a partir da cabeça dos brasileiros. O Brasil, a nossa experiência de luta de movimento negro brasileiro nos dá autoridade para dizer que no Brasil o negro não quer, de jeito nenhum, ser superior ao branco. O negro quer só o direito de ser igual nos direitos, nas prerrogativas, no acesso à educação, no acesso ao trabalho. Ora, no entanto, esses intelectuais de direita, ou intelectuais preocupados de esquerda, e também boa parte dos intelectuais de esquerda não tem nenhuma leitura sobre a questão racial, são ingênuos na questão racial muitos intelectuais de esquerda, eles estão com medos, medos que não se provam. O primeiro medo deles é o medo da revolta do negro. Ou seja, eles deveriam fazer uma terapia para trabalhar melhor esse medo deles, e volto a dizer: andando pelo Brasil afora, pelos quatro cantos do Brasil, trabalhei a questão racial e não encontrei nenhum grupo negro querendo derrubar o branco do poder, só encontrei grupos querendo direitos. Segundo argumento que eles usam muito: é que a entrada de negros despreparados, pode cair o nível das faculdades,

das universidades. E está provado que isso é preconceito. Como que é preconceito? O aluno que entrou sem cota na UERJ em 2003 e o aluno que entrou com cota em 2003; a UERJ pegou esses dois universos e fez pesquisas, fez várias pesquisas. Vamos destacar um só aspecto. As faculdades todas querem qualidade acadêmica, então vamos usar o discurso da faculdade, pegar a qualidade acadêmica: as pessoas que entraram sem cotas, ou seja, os classe média que tiveram dinheiro para pagar cursinho caro... Vamos pegar só quem teve nota acima de sete, de sete para cima na faculdade após um ano de estudos na faculdade. Os classe média que entraram sem cotas, 47,1% conseguiu nota acima de sete. Os cotistas que são os pobres, os negros, os quebrados, que entraram só por causa da cota, entre eles, 48,9% tirou nota acima de sete. Ora, qual é a conclusão? Quem está levantando o nível da faculdade é justamente o negro e o pobre. Quem está baixando o nível é justamente a classe média. E qual a explicação? Várias. Uma delas: o classe média estuda forçado no seu pré-vestibular querendo ganhar de graça a faculdade. Daí que acabando aquela pressão dos pais para fazer o vestibular, conseguindo a vaga dele, aí ele relaxa. Ele quer mais é título porque ele já tem a vida dele arrumada. O pobre que entra na faculdade com as cotas, ele tem consciência que ali é só uma etapa, ele tem que provar que é o melhor. E está provando que é melhor.

Por que isso acontece? Um outro fator é o seguinte: é que o saber medido no vestibular é no máximo 10% do saber de uma pessoa. E que o vestibular pega justamente o saber que alguns têm dinheiro para comprar. Outros saberes que são importantes para a faculdade, mas não são medidos no vestibular, o pobre tem: perspicácia, inteligência, capacidade... E por isso o pobre está fazendo sucesso nas faculdades.

V.A. – O senhor falou só de pobre, não falou do negro.

F.D. – Isto.

V.A. – O senhor não acha que uma cota para pobres seria mais justa do que para negros? Reserva de vagas para pessoas... Medir realmente poder aquisitivo. A questão racial entra...

F.D. – É uma hipótese que também já foi derrubada. Essa possibilidade foi derrubada como sendo mentira, como sendo um engano, como sendo mais um paradigma que foi desnudado. A UERJ também... Na nossa luta pelo negro, a gente tem sempre uma luta mais ampla, onde também lutamos por cota para a rede pública, para deficientes físicos e para indígenas. E aí o que aconteceu? Quando a gente teve a cota para... Quando você pega 2003 e estuda separadamente as cotas, você vai descobrir um dado bastante preocupante: na cota de rede pública, onde se pressupunha que o preto pobre iria ser beneficiado, você vai descobrir que 90% dos beneficiados são brancos e não negros. Por que isso? Fácil de explicar. Uma escola da Zona Sul, escola pública, ela tem qualidade dez vezes superior a uma escola onde moram os negros, Baixada Fluminense, favelas... De modo que se você botar cotas... Você está diante de bens escassos, vagas em universidades são bens escassos. Você tem aí para Medicina, vamos botar aí 100 vagas para Medicina na UERJ, você tem ali uns 4000 disputando essas 100 vagas. Então, se são bens escassos, têm muitos brancos pobres disputando esses bens. Têm muitos negros pobres disputando esses bens. Na relação branco pobre-negro pobre, quem está mais em desvantagem é o negro porque ele vem de escola pública de periferia, que tem qualidade dez vezes pior do que a qualidade de escola pública onde estão os brancos.

E aí resultado é isso: na UERJ, todos os que entraram por rede pública, a maioria foram brancos. Então não atendeu a nossa questão. Por isso que a gente conseguiu derrubar a Lei da UERJ de 2003 e introduziu uma lei nova. E na lei nova... Voltando ainda atrás: em 2003 a cota racial após ser avaliado quem entrou, levamos um susto. Por quê? Porque descobrimos que 100% – você está sentado? Está não é? Posso falar?

A.P. – Pode.

F.D. – Descobrimos que 100% dos que entraram nas cotas raciais da UERJ, 100%, foram negros ou pessoas que se declararam negras, que vieram só das escolas particulares. Nenhum sequer veio da escola pública. Isso foi um trauma para a gente. A gente se sentiu quebrado, traído, humilhado. E por isso lutamos radicalmente para que todas as cotas, daí para frente, tivessem corte socioeconômico. Não basta ser da rede pública. Tem que ser da rede pública e provar que ganha a renda *per capita* igual ou inferior a 300 reais. Não basta ser negro. Tem que provar que é negro e cuja renda *per capita* seja igual ou inferior a 300 reais. Não basta ser deficiente físico, não basta ser

indígena. Portanto, nos beneficiados por cota em 2004, é que entraram realmente os pobres, negros e outros. Então, nós temos consciência de que cota para negro, a cota ideal para negro que nós queremos é o modelo da cota da UNB. Na UNB há cota para negro, não tem cota para a rede pública e não tem cota para deficiente. Na UNB é só cota para negros. Por quê? Porque a UNB está convicta de que há uma reparação histórica a fazer com o povo negro. A UNB quer fazer isso.

V.A. – E lá tem limite de renda *per capita*?

F.D. – Não tem limite. Nós entendemos que a cota da UNB é a ideal, mas nós, que trabalhamos com pobres, negros pobres, voltamos a dizer: estamos diante de bens escassos. Não podemos querer agora o ideal. Queremos agora o real. Daí que defendemos aqui no Rio cortes, cruzando com o corte racial o corte socioeconômico. Ou seja, se têm poucas vagas para negros, então primeiro o negro pobre. Depois sim, outros negros.

V.A. – Sim. Mas o senhor é a favor dessa cota da UNB que só abre um espaço, enfim, vagas para cotistas negros, ou o senhor também acha que lá também deveria haver para pobres, para deficientes, para indígenas?

F.D. – A nossa fase atual é dizer o seguinte: “Precisamos que, no Brasil, haja diversidade de metodologias de inclusão, para avaliarmos e vermos o que é melhor.” Na UERJ em 2003 a cota era cota racial, sem corte socioeconômico. O resultado foi negativo para o público como quem eu trabalho. Não foi negativo para a população negra, foi negativo para o povo que eu trabalho. Então a nossa postura é essa: a gente é favor de que se faça qualquer coisa. Só não somos a favor da omissão. E aí, como vai ser é uma conversa para depois, uma discussão para depois. O que é o melhor é para depois. Acho que daqui a cinco anos é que vamos poder dizer: UNB, vamos mudar esse método? Por enquanto, para nós, consideramos uma grande vitória...

[FINAL DA FITA 4-A]

V.A. – Está gravando.



F.D. – Mas, agora mesmo, a poderosa Universidade Federal de São Paulo, a Unifesp, que é a proprietária da Escola Paulista de Medicina, que é o supra-sumo da educação, acabou de decretar cotas, só para negros. E só 10% de cota, que é uma migalha. Mas a gente, de maneira estratégica, fez festa, soltou fogos, dizendo: “Parabéns.” Porque a tese foi abraçada. Ou seja, há uma exclusão. Para a gente essa fase... A gente precisa saber os passos a serem dados em cada momento. A comunidade negra que está mais nessa luta das cotas, sabe o quanto foi difícil fazer o tema emplacar na pauta brasileira. A gente está nessa luta há quinze anos, de cota. E no começo era pauleira direto, apanhava de todo mundo, principalmente da comunidade negra, que eram radicalmente contra. Hoje, o avanço da comunidade negra, militantes negros, a favor das cotas é inacreditável. Naquele tempo, PVNC mesmo, aquele grupo que era contra faculdades particulares, eram radicalmente contra cotas. Hoje eles são radicalmente a favor.

V.A. – E qual era o argumento na ocasião?

F.D. – Baixa qualidade, visão ingênua... Baixa a qualidade, não queremos favor, não queremos esmola... Repetiam as teses da classe dominante. Nós temos consciência de que há uma injustiça na formatação do vestibular. E não há solução: tem que mudar o vestibular! E enquanto não muda, a cota vai ser a nossa maneira de passar a rasteira no vestibular.

V.A. – A questão... A gente está trabalhando bastante essa ideia do movimento negro, e eu acho que, para cada uma das pessoas que a gente está aqui entrevistando, tem um momento da sua vida em que ela toma consciência da sua negritude, não é isso? A gente tem visto que são momentos até bastante especiais. O do senhor foi lá em Guaratinguetá, no seminário, bastante interessante. O que eu quero falar é o seguinte: essa questão das cotas, ela também coloca – e o Ali Kamel é uma pessoa que fala bastante sobre isso, mas não só ele – a definição das raças no Brasil. Coisa que desde Gilberto Freyre, ou mesmo antes, sempre foi meio que escamoteada. Você não se definia enquanto negro. Nem o próprio negro se definia, nem o branco muitas vezes. Tem a gradação de raça... Então a questão de você definir quem é negro, o senhor acha que... Eu acho que tem uma... No meu ponto de vista, algum perigo aí, quando você

começa a querer definir... No caso lá da UNB mesmo, que se formou uma comissão para avaliar se a pessoa é negra ou não. Isso me faz lembrar lá na África do Sul, que havia comissão de definição racial na África do Sul para decidir se a pessoa ia poder entrar no restaurante branco ou passar pelo metrô na parte dos negros ou não, não é isso? O senhor se preocupa com isso, com essa questão mesmo de você passar a colocar a questão racial ali onde antes ela não era tão importante?

F.D. – Três pontos. O primeiro ponto: a agradável paz inter-racial que há no Brasil tem um preço. Alguém está pagando esse preço.

V.A. – Sim. Não discuto isso.

F.D. – Segundo ponto: quando Estados Unidos e África do Sul criam comissão para dizer quem é negro e quem não é negro, o foco está em excluir o negro. Há um objetivo claro da comissão: excluir o negro. Quando no Brasil discute-se comissão para dizer quem é negro e quem não é negro, o foco é totalmente o contrário, é para incluir o negro. Por quê? Porque deparamos com uma parcela sem ética da comunidade branca. Quem tem o poder de criar mal-estar são os brancos. Quando eles de maneira desonesta, na UERJ, mentem. Como a UERJ falou: “Vai ser autodeclaração. Não vamos pedir documentos se você é branco ou não.” O que eles fazem? Uma parcela de brancos desonestos, sem ética, vão lá e se declaram negros. E aí o que acontece? Você vai no primeiro dia de aula no curso de Medicina da UERJ, deveria ter trinta e oito pardos e negros, você vai e conta, tem quatro negros e nove pardos. Quatro e nove?

A.P. – Treze.

F.D. – Para trinta e oito?

A.P. – Falta muito.

F.D. – Vinte e cinco vagas foram roubadas! Roubadas! E ninguém fez nada. Se há um setor na comunidade branca desonesta, sem ética, então quem tem que ser punido não é a comissão que está se formando para garantir o direito, são aqueles que não têm ética.

Então, para mim, o foco do debate está super errado nas pessoas que estão batendo na UNB. Quem está batendo na UNB, está batendo de maneira precipitada sem entender que a UNB está claramente indo em defesa dos pequenos e dos quebrados, dos humilhados. E quando esses pequenos têm chance de dar um passo, vem uma parcela desonesta e repetem a roubalheira que foi feita em cima do trabalho e dos direitos do negro.

Veja só: não queremos exacerbar, mas se um setor da comunidade dos euro-descendentes quiserem brincar com a gente, a gente vai responder a altura. Ou seja, eu tenho certeza que esse embate é muito positivo também, da questão das comissões. Porque ele está trazendo à tona diversos discursos que inconscientemente, quem está fazendo, jamais imaginava ser um discurso auto protetor do setor dos brancos. E com as discussões, se descobre, inconscientemente, as várias amarrações onde têm cada discurso. De modo que o assunto é delicado, a gente sente mal-estar, e várias pessoas de primeiríssima qualidade se sentem também com bastante mal-estar quando esse assunto vem à tona. Porque o foco para mim... Se na UERJ, se o primeiro vestibular com cotas, não tivesse nenhum branco fazendo ato com falta de ética, jamais a UNB iria fazer aquilo. E jamais eu iria fazer artigos defendendo a UNB. Jamais iria botar a minha cara lá na UNB em passeata a favor da UNB como fizemos. Souberam disso, não é?

A.P. – Saiu inclusive no *Jornal Nacional*. E eu achei até interessante e queria comentar isso. Nessa matéria do *Jornal Nacional* que aparece a passeata na UNB, são três pessoas, três doutores, uma da Unicamp em Educação... Falando contra cotas, e o senhor falando a favor. Só que a frase que mostrou do senhor falando foi: “Em dez anos nós não queremos mais cotas.” E aí cortou para outra pessoa falando contra. Foram três pessoas falando contra, justamente nessa passeata da UNB.

F.D. – E outra coisa. A questão de quantos anos vai ficar a cota, quem tem o poder de decidir não somos nós negros, infelizmente. Quem tem o poder de decidir quantos anos serão é a sociedade brasileira. Se ela disser que ela quer reparar esse erro, talvez em dez anos dá para a gente suspender cotas. Mas se ela insistir em querer explorar o povo negro, vai muito mais anos. Porque agora os que estão sendo beneficiados por esta estratégia, estão avaliando, estão crescendo em consciência e estão vendo o quanto o seu povo foi privado ao longo dessa história do Brasil todo. Quando eu falo que a paz

entre as raças no Brasil, que Ali Kamel aplaude e elogia, ele nunca falou que houve um preço caro e alguém paga esse preço: é o silêncio do nosso povo negro. Agora mesmo eu vinha para cá em um táxi, o motorista negro todo feliz: “Um frio gostoso de ontem, dormi o dia inteiro. Estou até com dor no corpo de tanto dormir.” Eu disse: “Que legal, pois é. E ontem eu fiquei o dia inteiro em reunião com o nosso povo negro, lutando por cotas, discutindo estratégias. O senhor é a favor ou contra cotas?” Ele disse: “Eu sou contra cotas. Essa história de querer dar benefícios... Não. Tem que ir com o próprio esforço lutar.” Eu fiquei sofrendo porque não tinha tempo para mostrar a ele que ele estava errado. Ou seja, o discurso de que cota é esmola pegou em um setor da sociedade. Por outro lado, fico feliz quando abro o jornal e vejo que: “Instituto Perseu Abramo e Rosa de Luxemburgo, um instituto da Alemanha, fazem pesquisa no Brasil e concluem que 57% do povo brasileiro é a favor de cotas.” Vocês viram isso?

V.A. – Não vi.

A.P. – Foi hoje?

F.D. – Não, já tem um tempo. Tenho até aqui, posso emprestar para você tirarem cópia. Depois, abro o jornal outro dia e encontro: “Instituto Census faz outra pesquisa e revela: 63% do povo brasileiro é a favor de cotas.” E falei: “Gente! Que coisa fantástica. A coisa está mudando bem mais do que eu imaginava. Eu esperava que isso fosse acontecer daqui a alguns anos, e já têm esses resultados favoráveis ao nosso lado.” De modo que é até bom falar para ficar registrado exatamente o índice. Aqui está o do Instituto Perseu Abramo: 59% são a favor de cotas. É bom tirar cópia. E aqui está o do Instituto Census... Não. Isso aqui é cartinha do Lula. Nossa briga lá em Brasília, agora, semana passada.

V.A. – Briga sobre?

F.D. – Cotas. Aquelas brigas ferrenhas lá... Quase não voltei vivo para São Paulo. Aqui é o CNT e Census, resultado da pesquisa: a favor 61,1%. É bom vocês terem uma cópia disso aí. Aqui a briga... O jornal *Folha* fez uma pesquisa sobre a UERJ, sobre o resultado dos alunos cotistas. E botou uma página inteira mostrando o sucesso dos

alunos nas cotas. O jornal *O Globo*, do Ali Kamel, de maneira estranha, faz duas páginas só mostrando o lado negativo. Aí a gente pressionou o jornal *Folha*, pedindo ao jornal *Folha* para ele dizer, por que o jornal *Folha* nos enganou dizendo que era tudo positivo e mostrando só o lado positivo, e agora o jornal *O Globo* mostra que é tudo negativo. Então quem é o mentiroso: *Folha* ou *O Globo*? Aí a *Folha* em provocação ao nosso e-mail mandou fazer outra reportagem, destacando onde... “Três maneiras de ver os dados da UERJ” Então mostra que, de acordo com a maneira que você escolher, você...

V.A. – Em estatística tudo é assim, não é?

F.D. – Tudo é assim. Eu acho que é bom vocês tirem cópia também.

V.A. – Depende de como você olhar. Mas sem dúvida, eu acho essa questão das cotas ela é importante porque ela faz falar...

F.D. – E mexe fundo...

A.P. – Considerando essa questão, sem querer acabar, esgotá-la, a gente queria saber como o senhor vê a SEPPIR, na medida em que é uma declaração do governo federal de que há desigualdade racial no Brasil e é criada uma secretaria para criar políticas para promover a igualdade racial. Como é que o Frei David vê isso?

F.D. – A SEPPIR é um instrumento interessante que nasceu em um contexto, mas que tem o perigo de ser usado pelos governantes, inconscientemente, de maneira errônea, e até com uma certa dose de maldade. Quando você cria um órgão em um governo amplo, complicado como esse governo federal, você cria um órgão e joga: “Lá tem que estar o trabalho do negro.” Você acaba esquecendo da transversalidade e o tema do negro perpassa todos os setores do governo. E o que se vê é um grupo de negros, até bem intencionados, mas que caiu nessa armadilha. Nós achamos que a SEPPIR só estará cumprindo bem sua função se tiver lutando para todos os setores do governo discutirem a questão racial e criarem políticas públicas. Mas quando a SEPPIR cai na besteira de querer puxar para si toda a questão do negro, está prestando um desserviço a nossa

causa. Então a SEPPIR é um órgão importante? É. Mas se os membros não tiverem a consciência madura do seu papel é um perigo, é um desserviço. Exemplo: cotas nas universidades. As universidades pertencem a que ministério?

V.A. – Educação.

F.D. – Educação. A SEPPIR, ao invés de trabalhar com radicalidade dentro do MEC para fazer esse trabalho, começa a disputar poder, querendo que seja via... Então são coisas pequenas, que a gente fica muito machucado de ver essas coisas. No entanto, é bem melhor com a SEPPIR que está aí do que sem SEPPIR. Eu sou a favor da SEPPIR e luto para que os meus irmãos da SEPPIR consigam entender a missão deles e parem de ter uma visão focada na instituiçãozinha que é a SEPPIR, e parem de ter uma visão focada no futuro deles na votação político-partidária. É duro. O governo Lula errou por não botar pessoas técnicas em vários cargos do governo. Errou por botar militantes. E o militante, infelizmente, não tem a visão técnica mais global da necessidade do momento. Se há vários prejuízos o erro é estratégico.

Portanto, volto a dizer, somos a favor de uma SEPPIR, mas uma SEPPIR que tenha consciência nítida de sua função, que é provocar sementes em todos os departamentos. E não uma SEPPIR que fique disputando poder, prestígio etc. Como é comum no mundo político, e em quem quer ser eleito em algum cargo.

A.P. – Nesse sentido, olhando a estrutura da Educafro, a gente percebe que há uma... O senhor já deixou claro hoje de novo, há uma força na questão da Cultura e Cidadania, nesse trabalho, equivalente a carga horária em relação às outras disciplinas. O que o senhor poderia comentar sobre a Lei 10.639 que institui a obrigação de ensino de História e Cultura Afro-Brasileira?

F.D. – Fundamental. Mas antes, se puder mandar tirar cópia do documento antes do pessoal da xerox ir embora... É com vocês mesmo? Então está bom.

V.A. – Pode pedir. Talvez, porque eles vão almoçar... Clodomir, se você puder tirar cópia desses papéis aqui... Pode deixar rodando...

F.D. – Olha só, esta Lei é uma das primeiras leis do governo Lula assim que assumiu o poder. Ela é fruto de uma luta da comunidade negra, luta histórica. Que já teve vários gestos e atos em prol dessa luta. Um dos gestos e atos aconteceu no ano de 1986, quando se lutou pelo livro didático em sintonia com a causa do negro. E aí, naquele período, se discutia o quanto o livro didático no Brasil era um livro que trazia discriminação. E se decidiu escolher um livro que fosse descaradamente discriminatório, e brigar publicamente contra esse livro para criar um fato político. E o livro escolhido foi a cartilha *Sonho de Talita*. A comissão de religiosos, seminaristas e padres negros fez um relatório sobre essa cartilha *Sonho de Talita* e intimou a editora, dando a ela um mês.

V.A. – Qual era a editora?

F.D. – Editora... Ática, não...

V.A. – A gente acha. Dando um prazo de um mês...

F.D. – Para ela provar que reconhece o erro e que vai mudar, apresentando uma boneca da nova cartilha, tirando todos os atos racistas da cartilha *Sonho de Talita*.

V.A. – Era uma cartilha para a alfabetização?

F.D. – De alfabetização, e era usada no Brasil há mais de vinte anos em larga escala. Eu passei por ela, acho que até vocês devem ter passado e não lembram. *Sonho de Talita*...

V.A. – E o que tinha de discriminação?

F.D. – Vamos pegar um exemplo concreto da cartilha.

V.A. – Isso.

F.D. – Tinha lá um grupo de crianças que vai à uma festa. Antes de cantar parabéns, uma criança vai e rouba o doce na mesa. Quem era essa criança que roubou?

A.P. – O negro.

F.D. – Uma criança negra. Tem uma outra cena: a escola lá... tem que cuidar bem da escola. E depois, um exemplo de cuidar mal da escola é alguém jogar pedra e quebrar o vidro da escola. Quem jogou pedra no vidro da escola?

V.A. – O negro.

F.D. – O negro. Outro exemplo lá... É que a criança direita lava mão antes de comer. Fulano de tal foi comer antes de lavar a mão. Quem é que foi comer sem lavar a mão?

A.P. – Sempre o mesmo, ou outros personagens negros?

F.D. – Acho que eram outros, não me lembro com detalhes não. Mas em todo caso, era assim, era escancaradamente racista. E a própria surpresa: quinze dias após a carta ser entregue na editora, a editora nos procurou em reunião e nos trouxe a boneca da nova cartilha, e prometeu em três meses lançar a nova cartilha e tirar a edição antiga da praça. E a gente verificou, fomos em duas lojas, aí verificamos e estava já a cartilha nova sem os erros. E demos por encerrado o processo e comunicamos a eles que não íamos mais abrir processo contra eles.

V.A. – E isso surgiu dentro de que organismo, do GRUCON, o que foi?

F.D. – Foi no Greni, Grupo de Religiosos...

V.A. – Mais um...

F.D. – Não, é aquele grupo de religiosos, seminaristas e padres negros. Aquele grupo de 1983.

V.A. – Greni, Grupo...



F.D. – Grupo de religiosos, seminaristas e padres negros.

V.A. – Isso em 1986.

F.D. – 1986.

V.A. – E o senhor estava falando que isso seria, digamos, já a origem dessa Lei...

F.D. – Isto. A Lei, ela vem atendendo uma reivindicação antiga da comunidade. E agora, nós estamos dando um prazo até 20 de novembro. E a partir de 20 de novembro nossa estratégia é escolher no Rio e em São Paulo, uma escola simbolicamente forte que não esteja adotando essa Lei. E vamos abrir um processo contra ela no Ministério Público. Como gesto simbólico. E levaremos o processo em passeata para entregar na mão dela, criando um fato. É essa a estratégia. Porque a Lei está aí e não estão botando em prática. A minoria bota em prática essa Lei. O nosso método é mesmo sair para o confronto, confronto maduro, inteligente. Como agora saímos, dia 8 de um confronto muito grande. Vocês viram na imprensa? Nós estamos brigando, de maneira quase irresponsável, segundo alguns, porque a dimensão de um e de outro não tem nenhum cabimento. Estamos brigando com o banco Itaú. Dizendo que o banco Itaú é racista. E foi feito então essa... 100 alunos do projeto escolheram uma agência do banco Itaú para fazer um ato de protesto contra a discriminação.

V.A. – Mas por que?

F.D. – Por ele não ter negros funcionários, não ter negros gerentes, porque a porta eletrônica discrimina muito os negros, a maioria dos que param na porta são negros etc. E aí então o banco Itaú se sentiu muito humilhado com isso, achou que foi um prejuízo para a imagem dele, foi uma perda financeira muito grande, e o banco botou um grupo de... Quem vigia os outros...

A.P. – Segurança.

F.D. – Descubra a vida dos outros, faz pesquisa sobre a vida dos outros, como é o nome?

A.P. – Investigador.

F.D. – Investigadores para saber quem era essa Educafro e por que faziam aquilo. E depois das investigações feitas e do relatório entregue ao banco, eles concluíram que era um grupo que estava querendo algo mais sério e que não era só para brincadeira não. Então ela foi e convidou, se aceitaríamos uma reunião com quatro diretores nacionais deles para discutir as nossas críticas. Fizemos a reunião no ano passado e demos prazo até junho para eles proporem políticas para combater esse mal.

V.A. – Políticas internas do banco?

F.D. – É. E a reunião foi agora, dia 8. O banco reconhece o grande erro deles, vão mudar e agora eles vão criar uma comissão... Eles criaram esse programa aqui: “Banco Itaú: igualando as diferenças” Programa de diversidade corporativa é o nome que eles deram, porque “a diversidade corporativa é um moderno conceito que vai além dos fatores como sexo e raça, pois abrange um vasto grupo de características que define as diferenças entre as pessoas: idade, etnia, nacionalidade, religião, preferência sexual, deficiências físicas etc. Não basta dizer não à discriminação. É preciso dizer sim à diversidade como um valor que pode nos levar mais longe. Diversidade é vantagem competitiva.” E deram um grande salto de qualidade. Apresentou esse agora dia 8, e eles estão com um programa de mudança, que era o que nós cobramos deles e demos o prazo até julho.

A.P. – E foram pensar sobre o assunto. E já usando terminologias mais modernas, etnia...

F.D. – Então a Educafro concluiu que o centro agora não é mais passeata, protesto... O centro agora ações pontuais, focadas, e com começo, meio e fim. “Quer chegar aonde?” É aqui. Se o cara não chegar aqui, qual é o caminho? Processo. Então a Justiça vai ser o nosso grande instrumento para... sempre foi usada em prol dos grandes, queremos usar

agora em prol dos pequenos. E qual é a nossa surpresa? Eles criaram uma comissão de diversidade formada pela cúpula do banco. Essa aqui é a tesoureira geral do banco. Conhece esse nome aqui?

V.A. – Sim.

F.D. – Quem é ela?

V.A. – A tal Grossi do Banco Central.

F.D. – Exatamente. De modo que tem uma comissão de alto nível precisamente para poder fazer acontecer isso aí. Vai ter coisas fortíssimas daqui para frente. Se o banco Itaú seguir a nossa cartilha e botar em prática a inclusão, vamos ter efeito... Orloff que vocês falam aí?

V.A. – Dominó.

F.D. – Efeito dominó. Vai ter isso aí acontecendo para valer. No fundo **[incompreensível]** para vocês trabalharem então...

A.P. – Só para fechar, se o senhor pudesse fazer um balanço dessa atuação do movimento negro...

F.D. – Tem interesse nisso aqui também?

V.A. – Tenho.

F.D. – Um balanço?

A.P. – É para a gente fechar. Se o senhor quisesse falar mais alguma coisa. Fazendo esse balanço da atuação do movimento negro desde que o senhor participa até os dias de hoje. O senhor acabou de uma nova forma pontual de agir, utilizando a Justiça, enfim, fazer um balanço dessa trajetória do movimento negro.

F.D. – Eu percebo que o movimento negro está, e as entidades estão, tentando, fazendo grandes esforços para responder a cada tempo, o jeito que o tempo existe, a metodologia adequada que o tempo exige. Ou seja, o movimento negro está também em uma dinâmica bonita de acertar. Se naquele tempo o centro era fazer passeata, hoje o centro é fazer ações pontuais que convencem. Um dos fatores determinantes para acontecer no Brasil políticas públicas de ação afirmativa, foi a comunidade negra ter se antecipado e feito ação afirmativa no sentido de criar pré-vestibulares para negros. Os pré-vestibulares para negros foram a grande ferramenta para tirar o embaçamento do vidro e permitir que a sociedade enxergasse lá dentro. Hoje, portanto, quando você faz um ato na porta de um banco para provocar... Se você pedisse uma reunião com o banco, jamais daria uma reunião. Ou se desse, seria lá com um funcionário de terceiro escalão que ia dar audiência. Se faz um ato provoca e esse ato então faz a proposta entrar na agenda. E ao entrar a proposta na agenda, tudo se abre porque ninguém hoje, no Brasil, quer ter o título de racista. Há um pavor. E a estratégia é usar esse pavor. Agora, chamando as universidades para discutir e mostrando às universidades que aquelas que são omissas é que são amantes da discriminação, você está invertendo de discurso. Então as universidades estão apavoradas de serem classificadas como racistas por quererem uma...

V.A. – Posição omissa.

F.D. – Por terem uma posição omissa e por terem suas salas de aula só monocromáticas. Só tem brancos, não é? E a USP... Vocês viram os cartazes que a gente fez contra a USP?

A.P. – O senhor comentou na última entrevista.

F.D. – Poderia ver uma maneira de vocês... Tem mala da FGV de São Paulo para cá, não é?

V.A. – É.

F.D. – Poderia ver uma maneira de um *boy* passar lá... Vamos ver uma maneira. Trocando e-mail a gente pode ver como chegar a isso. Mas o cartaz... Eu não queria estar na pele da USP, coitadinha dela. O cartaz que foi feito sobre a questão da ação, contra a USP... Muito pesado, muito pesado mesmo. A USP estava sendo apresentada como modelo máximo de discriminação e de exclusão. A USP está violenta contra o cartaz. Só falta...

V.A. – Como é o cartaz?

F.D. – Só vocês vendo. Como eu diria... Tem a palavra USP bem grande, em cima dela várias pessoas, professores, doutores, com revolver atirando contra os pobres que querem...

[FINAL DA FITA 4-B]

F.D. – A USP celebra 70 anos de existência, então a gente bota: “USP: 70 anos de exclusão.” Bota esse quadro e bota: “Ação afirmativa...” Tem outras frases. Mas é interessante o cartaz, muito forte. E a USP com certeza está sofrendo... O banco Itaú, Nossa Senhora... “Frei, nos chame de tudo, menos de racistas.” Eles estão apavorados. E vão fazer um bom trabalho, porque eles são profissionais e sabem que se arranhar a imagem deles é complicado. E portanto, o movimento negro quando começa a adotar essas táticas, ele tende a ter resultados mais rápidos, com menos sofrimentos e com menos gastos também.

V.A. – Agora entrou em uma fase de otimizar o movimento, daquela primeira fase em que as reuniões varavam madrugadas, discutia-se muito e muito e nada acontecia, agora são ações pontuais otimizadas em um outro contexto, não é?

F.D. – É. E também há um investimento grande em novos militantes. Esses pré-vestibulares estão trazendo um grande vigor, muita gente nova na liderança. Vai ser toda uma revolução bonita, e com outra cabeça, outro estilo, outro jeito.

V.A. – Outra cabeça, você diz por quê?

F.D. – As metodologias, trazem outros estilos de pensar; os ranços que são comuns no movimento negro, porque gastou-se muita energia em brigas internas e isso quase não tem mais. O pessoal está bem focado. O inimigo está ali.

A.P. – O senhor acha que essa luta por ação afirmativa trouxe essa bandeira comum?

F.D. – Ela está sendo um dos instrumentos de união, de unidade de visão. Ficou mais evidenciado o inimigo comum: são as estruturas, não são pessoas não. Tem muita gente boa nesse Brasil. A UNB. O conjunto da UNB em peso votou a favor da ação afirmativa, cota para negro... Estão apanhando... É difícil o dia que não vem um artigo contra eles, e estão resistindo, e resistindo, e resistindo... E só são brancos na UNB, os que fizeram isso aí. O grupo negro que trabalhou, coitadinhos... O grupo que trabalhou até tem um pouco do ranço do movimento negro antigo. Até no dia que fomos fazer a caminhada de apoio a UNB, a gente, lógico, os envolveu, e eles pegaram o microfone para malhar a UNB. Tudo bem, malhem. “Mas a gente quer dizer para a UNB que se todo mundo fizer mal feito como vocês fizeram, a gente vai aplaudir vocês.” Não tem como. “A diversidade de pensamento é normal, **[incompreensível]** para a UNB, universidade é isso mesmo. Aqui tem nossos irmãos negros que são contra alguns pontos que vocês trabalharam, mas eu peço a Deus e a Zumbi dos Palmares que deem força para todas as universidades do Brasil fazerem mal feito como vocês fizeram.” Levaram um susto. “Mas Frei...” Eu falei assim: “Você está no Rio de Janeiro para saber como nós estamos sofrendo? Você está em São Paulo para saber? Vocês estão muito umbilicalmente olhando coisinhas e não estão vendo o grande avanço que vocês estão dando aqui. Acordem!” Então são coisas que tem que... Complicado, não é? [riso] Mas com certeza eles tiveram um papel fantástico também.

V.A. – Perfeito. Muito bom. Obrigado.

[FINAL DO DEPOIMENTO]